



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

**Processo: 279567/23**

**Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA**

# Índice de Peças

1. 001 - Formulário de Encaminhamento
2. 002 - Extrato de Autuação
3. 003 - Formulário de Dados (I - Formulário de dados.p7s)
4. 004 - Relatório da Administração (II - Relatório da Administração.p7s)
5. 005 - Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial.p7s)
6. 006 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
7. 007 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - D)
8. 008 - Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
9. 009 - Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
10. 010 - Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno.p7s)
11. 011 - Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno.p7s)
12. 012 - Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
13. 013 - Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
14. 014 - Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
15. 015 - Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e de Ad)
16. 016 - Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro.p7s)
17. 017 - Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de )
18. 018 - Termo de Distribuição

## 1. 001 - Formulário de Encaminhamento



## FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2022**

### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

### DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de dados.p7s)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração.p7s)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial.p7s)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - D)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno.p7s)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno.p7s)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e de Ad)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro.p7s)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de )

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

---

Curitiba, 26 de abril de 2023 17:51:24

## 2. 002 - Extrato de Autuação



## EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 279567/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 279567/23

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2022

### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

### DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de dados.p7s)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração.p7s)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial.p7s)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - D)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno.p7s)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno.p7s)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e de Ad)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro.p7s)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de )

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

---

Curitiba, 26 de abril de 2023 17:52:18



3. 003 - Formulário de Dados (I - Formulário de dados.p7s)

PRESIDÊNCIA  
**FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL**

1.	<b>ASSUNTO</b>
	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2022</b>
2.	<b>ENTIDADE</b>
	Nome: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA CNPJ: 79.621.439/0001-91
3	<b>GESTOR DAS CONTAS</b> Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
4.	<b>GESTOR ATUAL</b>
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
5.	<b>CONTROLADOR INTERNO</b>
	Ato de Nomeação: Portaria nº 223/2020 Cargo: Coordenador de Controle Interno Nome: Flavio Jose Lopes Galli CPF: 067.500.639-26
6.	<b>DECLARAÇÃO</b>
	Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 176/2022 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.  Paranaguá, 20 de abril de 2023  Luiz Fernando Garcia da Silva Diretor-Presidente (Assinado digitalmente)

4. 004 - Relatório da Administração (II - Relatório da Administração.p7s)

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA EXECUTIVA

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
**PORTOS DO PARANÁ**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**BREVE HISTÓRICO DO PORTO DE PARANAGUÁ**

A história do Porto de Paranaguá, que também é conhecido como Porto Dom Pedro II, teve início em meados de 1872, no antigo atracadouro de Paranaguá, com administração de particulares concedida pelo Governo Federal, com o direito de construir e explorar o porto. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o porto, realizando melhorias em sua infraestrutura.

Por meio do Decreto no 12.477, de 23 de maio de 1917, o Governo do Estado do Paraná assumiu as obras de abertura de dois canais de acesso, a execução de 550 metros de cais acostável, e ainda 2.486 metros de cais de saneamento, além de armazéns e depósitos. Através destas obras ficou garantida a continuidade de movimentação da produção regional.

No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, com a fusão com a Administração do Porto de Antonina para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PORTOS DO PARANÁ), ficando a PORTOS DO PARANÁ responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina) onde nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Entende-se que no contexto histórico do Estado do Paraná, o porto atuou de forma direta, sendo porta de entrada para os primeiros povoados do Paraná. Colonizado por portugueses, ocupado por espanhóis, o município de Paranaguá, devido a sua condição estratégica de acesso marítimo, desempenha até hoje papel de relevância para a importação e a exportação do país.

Atualmente, a área dos portos organizados de Antonina e Paranaguá estão delimitadas pelos Decretos de 11 de fevereiro de 2016, respeitando a moldura jurídica instituída pela Constituição Federal, Leis nº 9.277/1996, 12.815/2013 e Decreto nº 8.033/2013.

Para ajustar seu estatuto à Lei nº 12.815/2013, a PORTOS DO PARANÁ passou por importantes transformações institucionais. As principais mudanças foram a transformação da APPA de Autarquia em Empresa Pública, e a adequação do Quadro Funcional à nova legislação federal.

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

Em 2013, o Governo do Estado do Paraná elaborou Projeto Lei para transformação da APPA de autarquia para empresa pública, o qual foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, culminando na Lei nº 17.895/2013, que entrou em vigor pelo Decreto Estadual nº 11.562/2014.

Em virtude da publicação da portaria 574/2018 de 26 de dezembro de 2018 do Ministério de Estado dos Transportes Portos e Aviação Civil, o qual disciplinou a descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados às respectivas administrações portuárias, e cria o Índice de Gestão da Autoridade Portuária – IGAP, a Portos do Paraná, foi o primeiro e ainda único Porto a conquistar a autonomia na gestão dos contratos de arrendamentos de suas áreas. O convênio de delegação de competência foi formalizado em um evento na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA no dia 13 de agosto de 2019.

Importante destacar que esta autonomia gera a possibilidade do recebimento dos valores relativos ao custo de oportunidade gerado através da realização dos leilões, mas não apenas, há também a previsão da obrigação de investimentos os quais serão revertidos a Administração, e ainda a segurança jurídica necessária para que as empresas arrendatárias possam realizar seus investimentos.

### **ESTRUTURA DA GESTÃO**

Vinculados à Secretaria de Infraestrutura e Logística, os Portos do Paraná são administrados por um Diretor-Presidente e seis Diretores, sendo responsáveis pelas áreas Comercial, Engenharia e Manutenção, Jurídica, Administrativa e Financeira, de Meio Ambiente e de Operações. Ainda fazem parte da estrutura decisória e de controle o Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE, o Comitê de Indicação e Avaliação CIA, o

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

Conselho de Administração – CONSAD e o Conselho Fiscal – CONFISC e o Comitê de Auditoria Estatutário.

### **Finalidade**

No Paraná, os portos de Paranaguá e Antonina são essenciais para o crescimento socioeconômico do Estado. O alto nível de eficiência portuária tem influência direta na competitividade de nossos produtos e, assim, o que é produzido nos campos paranaenses ganha o mercado mundial.

A alta eficiência portuária garante menores custos na exportação. Custos mais baixos favorecem a concorrência das mercadorias nacionais junto ao comércio internacional. O resultado é a valorização da nossa soja, milho, trigo, carne, o crescimento da nossa indústria e a geração de mais emprego para quem mora aqui. Além disso, os portos são essenciais para o Litoral do Estado. As empresas do setor são as principais fonte de arrecadação de impostos em Paranaguá e Antonina e o setor de transporte e armazenagem é o que mais emprega na região.

Os Portos do Paraná têm como objetivo a expansão das negociações e parcerias, visando a credibilidade operacional e garantindo a segurança nos negócios com produtores, importadores e exportadores. É com esse fim que trabalham os Portos do Paraná, administrando o complexo portuário paranaense e toda a infraestrutura de embarque e desembarque de navios.

### **Atividades**

Enquanto autoridade portuária, as atividades dos Portos do Paraná são as seguintes:

- Fiscalizar, controlar e normatizar todas as atividades portuárias;

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

- Garantir a segurança da navegação (acesso dos navios aos portos), através de sistemas de sinalização e obras de manutenção;
- Monitorar o meio ambiente no qual está inserido, cuidando dos resíduos e disponibilizando recursos para a defesa do ambiente, em caso de acidentes;
- Cuidar das vias de acesso, rodoviárias e ferroviárias, aos terminais portuários;
- Regular os serviços prestados nos portos pelas empresas operadoras de cargas e terminais, agentes, empresas de reboque e amarração, entre outras;
- Dirigir o desenvolvimento portuário, através do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado, tanto de Paranaguá quanto de Antonina;
- Facilitar a instalação de novas atividades, indústrias, serviços ou terminais; atrair novos negócios, com ações estratégicas e diálogos;
- Gerir as tarifas convencionais, bem como as tarifas para utilização da infraestrutura marítima, de acostagem, de operação e facilidades dos portos do Paraná e demais receitas;
- Administrar as 19 áreas arrendadas e regular as atividades das 18 empresas arrendatárias;
- Prover e qualificar recursos humanos para essas atividades.

Através do desempenho dessas funções, a meta principal é o desenvolvimento dos Portos do Paraná e sua área de influência



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA EXECUTIVA

**O EXERCÍCIO DE 2022 NOS PORTOS DO PARANÁ**

Hoje, os Portos do Paraná empregam cerca de 535 pessoas diretamente entre empregados públicos concursados e nomeados em cargos de confiança. Também há cerca de quatro mil e cem trabalhadores relacionados à atividade portuária como os Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs), ligados a seis sindicatos de classe e ainda os funcionários dos operadores portuários, prestadores de serviços, agentes de fiscalização dos órgãos competentes e tripulação da marinha mercante atuando nos portos diariamente.

Com essa força de trabalho os Portos do Paraná têm batidos recordes de movimentação, eficiência e qualidade nos serviços executados. Como demonstra-se a seguir.

Os Portos do Paraná em 2022 bateram mais um recorde na movimentação de cargas. Alcançando a marca de 58,399 milhões de toneladas movimentadas, somando o total movimentado exportação e importação. Já o número de atracções de navios no Porto foi de 2.540 durante este período, movimento 1,53% acima em relação ao ano de 2021, mais uma marca histórica atingida.

Os produtos mais exportados pelos portos paranaenses foram soja, farelo de soja, açúcar, milho, frango, óleos vegetais, madeira, celulose, combustíveis, papel e carne bovina.

Entre esses, com exceção da soja, celulose e combustíveis, todos os demais apresentaram alta. As mais significativas ocorreram nos embarques de milho (+535,5%), carne bovina (+113,1%), óleos vegetais, principalmente óleo de soja (+30,8%), papel (+26%) e madeira (+14,8%).

Apesar de ter registrado queda, soja é o principal produto exportado pelos portos do Paraná. Em 2022, foram embarcadas 9.975.139 toneladas. Em 2021, 13.200.195 toneladas. A

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

queda (-24,4%) é reflexo do comportamento da oleaginosa no campo, onde o clima comprometeu o resultado da colheita e o aumento pela demanda de subprodutos do processamento da soja, como farelo e óleo. Consolidando as importantes marcas atingidas na movimentação de granéis sólidos, ao final de 2022 o Corredor de Exportação, composto por onze terminais integrados a seis carregadores de navio (Shiploader), carregou 18,15 milhões de toneladas movimentadas, superando em 11,20% o total movimentado em 2021.

Em 2022, a Portos do Paraná teve reconhecimento pelas suas ações de monitoramento, conservação e educação ambiental por meio de seus 20 programas permanentes, para que, na terceira vez seguida, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2022 – COP27, proferir palestra como única representante do setor portuário no mundo neste importante evento.

Também cumpre destacar o importante passo da Portos do Paraná seguindo as diretrizes dadas pelo Exmo. Governador do Estado em aproximar a gestão dos Portos com os municípios do Litoral, principalmente com Paranaguá e Antonina. Assim não mediu esforços para junto à grandes empresas do turismo marítimo, trazer navios de cruzeiros para os portos paranaenses, como a atracação do navio MSC ARMONIA, com 2 mil passageiros em dezembro de 2022, trazendo assim oportunidades para os municípios da região realizarem o seu potencial turístico na recepção de centenas de turistas a cada escala de navios como este.

Ainda não tem deixado de lado sua responsabilidade social apesar de todos os entraves legais que impedem os Portos do Paraná de investirem diretamente na comunidade com compensações aos municípios afetados por sua operação. Outrossim, os Portos do Paraná, no atendimento da legislação ambiental promove programas de educação ambiental em 12 comunidades pesqueiras do entorno do Complexo Estuarino de Paranaguá que alcançam até 300 alunos dos 3º ao 5º do Ensino Fundamental que se tornam

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

multiplicadores do conhecimento sobre consciência ambiental, sustentabilidade, preservação das espécies e diversidade da fauna e flora do Litoral e ainda iniciou o procedimento licitatório para o projeto e a construção de outros 4 trapiches novos em Paranaguá e Antonina, com valor aproximado de 15 milhões de reais.

Ainda em parceria com os Municípios de Paranaguá e Antonina, retomou, após a pausa provocada pela pandemia de COVID-19, o Porto Escola onde crianças do 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino dos dois municípios visitam os Portos e recebem Educação Econômica, Ambiental e Social por meio de palestras, visitas aos cais e concursos de desenhos.

### ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os Portos do Paraná registraram no ano de 2022 um lucro de R\$ 313.199 milhões, resultante das receitas, subtraídos os custos e despesas da empresa, conforme demonstrado sinteticamente a seguir:

	<b>R\$/mil</b>
Receita operacional líquida	434.009
Custos e despesas operacionais	(156.737)
Resultado financeiro líquido	35.918
<b>Lucro Líquido</b>	<b>313.199</b>

O EBITDA (ou LAJIDA) – lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações, que conceitualmente demonstra o potencial de geração de caixa proveniente das atividades operacionais da empresa, totalizou R\$ 330 milhões em 2022. Muito desse resultado, além do resultado operacional também houve a reversão pela reclassificação de provisão para processos em esfera administrativa na ordem de 270 milhões de reais.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA EXECUTIVA

Os dados apresentados também reforçam o cenário atual da companhia, evidenciando que os investimentos realizados, estão trazendo resultados positivos para a empresa e confirmando nossas projeções de resultado operacional positivo no futuro e com perspectiva de contínuo crescimento.

**Receitas Operacionais**

Se compararmos a receita do período de 2021 com a receita de 2022, verificamos que a receita líquida teve acréscimo de 6%, pois o total movimentado (total em toneladas) foi superior em igual proporção em relação ao ano anterior. Resultado dos novos recordes batidos na movimentação de cargas, principalmente no grupo de granéis sólidos, contêineres e carga geral.

**Movimentação Física**

Em 2022, a movimentação total dos Portos de Paranaguá e Antonina foi de 58.399 milhões de toneladas, no mesmo período de 2021 foram movimentadas 57.519 milhões de toneladas. A movimentação de granéis sólidos totalizou 35,803 milhões de toneladas, enquanto os granéis líquidos movimentaram 8,719 milhões toneladas, e a movimentação de cargas gerais foi de 13,876 milhões de toneladas.

Em resumo, a movimentação total, está dividida entre exportação e importação, onde o volume da exportação atingiu 36,057 milhões de toneladas, e a importação 22,341 milhões de toneladas em durante todo o ano de 2022.

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA EXECUTIVA

### **Investimentos**

Os investimentos realizados pela PORTOS DO PARANÁ no período de 2022 totalizaram um montante de R\$ 155,96 milhões, principalmente destinado a obras de melhoria da infraestrutura portuária como a obra de dragagem dos dolphins de atracação, modernização da rede lógica, Construção dos Trapiches, Manutenção do Corredor de Exportação, Derrocagem da Pedra da Palangana, adequação dos sistemas de segurança para atendimento das normas do ISPS-Code, demolição do Silo de 10mil toneladas (Silinho, obsoleto para as atuais operações), Recuperação e proteção estruturais do Píer de Inflamáveis, melhorias na segurança e sinalização náutica e na dragagem de manutenção do canal de acesso aos portos, nos berços de atracação e na bacia de evolução (4º Ano de campanha continuada).

### **Principais ações realizadas no ano de 2022**

- 1.** Investimento na capacitação dos colaboradores com cursos de treinamento contínuos e pontuais até a inscrição em Master de Logística e Gestão Portuária pela Universitat Politècnica de València-ESP.
- 2.** Manutenção da Delegação de Competência para administração dos contratos de exploração de áreas dos portos organizados trazendo maior agilidade e segurança jurídica aos investimentos dos setores públicos e privados, sendo o primeiro porto do Brasil a conseguir a autonomia com nota 10 no IGAP (Índice de Gestão da Autoridade Portuária);
- 3.** Participação na COP27 como representante do setor portuário de todo o mundo no evento;

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA EXECUTIVA

4. Novos recordes de movimentação consecutivos, trazendo o maior volume da história da PORTOS DO PARANÁ, tanto de movimentação total, quanto de carregamento em 24 horas no corredor de exportação;
5. Conquista do Prêmio de melhor gestão portuária do país (Prêmio Portos + Brasil) pela 3ª vez consecutiva pelo Ministério de Infraestrutura
6. Abertura do Programa de Desligamento Incentivado que abrirá oportunidade aos empregados que cumprem os requisitos acordados previamente com o Sindicato possam se desligar da empresa e a empresa possa enxugar ainda mais a folha de pagamento otimizando recursos para investimentos

### **Perspectiva para o ano de 2023**

Entre outras medidas a serem implementadas pela PORTOS DO PARANÁ nos próximos anos, destacamos abaixo os principais pontos que possivelmente serão alcançados ao longo do próximo exercício social.

1. Com base nos parâmetros institucionais, investimentos e nas projeções de cargas em todos os segmentos, estima-se em 2023 uma movimentação física de 60 milhões de toneladas;
2. Em termos de receita total, prevê-se o montante de R\$ 537 milhões em 2023, aumento decorrente do aumento da movimentação e receitas de outorgas pelo arrendamento de novas áreas;
3. Com relação aos investimentos, a PORTOS DO PARANÁ pretende iniciar a obra do Moegão do Corredor Leste que unificará a descarga de vagões ferroviários reduzindo as passagens de nível na região portuária e aumentando consideravelmente a capacidade de recepção do modal ferroviário.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA EXECUTIVA

4. Implantação do novo ERP contemplando 25 módulos integrando várias áreas da companhia em um sistema sofisticado e que trará melhorias significativas aos processos de gestão da empresa;
5. Execução de obras de construção e reformas de 6 trapiches em Paranaguá e Antonina como medida compensatória para a execução de obras de dragagem;
6. Realização do leilão das áreas PAR09, PAR14 e PAR15
7. Construção de um novo e moderno edifício do Almoxarifado para a guarda de bens e materiais necessários para a manutenção da infraestrutura portuária sob a responsabilidade da Autoridade Portuária;
8. Levantamento Patrimonial de bens imóveis para atualização e melhoria do processo de gestão patrimonial.

Paranaguá, 20 de março de 2023.

**Diretoria Executiva**

**Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina**

5. 005 - Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial.p7s)



**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E ANTONINA**

**CNPJ nº 79.621.439/0001-91**

**Balancos Patrimoniais**

**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021.**

(Em milhares de Reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	04	210.416	220.363	-5%
Contas a receber	05	20.019	7.852	155%
Impostos a recuperar	06	41.734	37.232	12%
Estoques	07	15.888	13.544	17%
Despesas de exercícios seguintes		602	430	40%
Adiantamentos a empregados	08	1.194	942	27%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>289.853</b>	<b>280.363</b>	<b>3%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	155.138	143.462	8%
Depósitos Judiciais Tributos	09	378.225	315.967	20%
Outros Créditos	10	3.478	2.420	44%
		<b>536.841</b>	<b>461.849</b>	<b>16%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	11	595.933	597.489	0%
<b>INTANGÍVEL</b>	11	2.728	2.164	26%
		<b>598.661</b>	<b>599.653</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.135.502</b>	<b>1.061.502</b>	<b>7%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.425.355</b>	<b>1.341.865</b>	<b>6%</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores		19.611	33.831	-42%
Obrigações Trabalhistas	12	14.885	13.853	7%
Obrigações Fiscais	13	9.274	10.408	-11%
Adiantamentos de clientes	14	10.561	11.346	-7%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>54.331</b>	<b>69.438</b>	<b>-22%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Impostos, taxas e contribuições	13	354.405	298.737	19%
Provisões contingenciais	15	176.654	443.643	-60%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>531.059</b>	<b>742.380</b>	<b>-28%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
Prejuízos acumulados	16	(246.479)	(556.397)	-56%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>839.965</b>	<b>530.047</b>	<b>58%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.425.355</b>	<b>1.341.865</b>	<b>6%</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

6. 006 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)

**PORTOS DO PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
**CNPJ nº79.621.439/0001-91**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO TRIMESTRE LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

	NE	2022	2021	Δ%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>17</b>	<b>484.558</b>	<b>453.118</b>	<b>7%</b>
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem		10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre		75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem		4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos		33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados		3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento		170.982	136.379	25%
Receitas Complementares		1.223	985	24%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		<b>(50.549)</b>	<b>(43.831)</b>	<b>15%</b>
(-) Contribuições sobre Faturamento	<b>17</b>	(44.443)	(41.747)	6%
(-) Faturas Canceladas		(6.106)	(2.084)	193%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>17</b>	<b>434.009</b>	<b>409.286</b>	<b>6%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>18</b>	<b>(218.729)</b>	<b>(168.523)</b>	<b>30%</b>
Custos Infraestrutura Marítima		(71.815)	(37.770)	90%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(7.206)	(12.538)	-43%
Custos Infraestrutura Terrestre		(8.209)	(4.404)	86%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(3.606)	(6.260)	-42%
Custos Indiretos		(127.893)	(107.551)	19%
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>215.280</b>	<b>240.763</b>	<b>-11%</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>19</b>	<b>79.133</b>	<b>(222.496)</b>	<b>-136%</b>
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas com Pessoal		(52.435)	(48.426)	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(43.989)	(48.624)	-10%
Despesas Gerais		(23.598)	(24.679)	-4%
Depreciação do imobilizado		(36.783)	(35.669)	3%
Amortização do intangível		(209)	(1.719)	-88%
		<b>(157.014)</b>	<b>(159.117)</b>	<b>-1%</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>19</b>			
Despesas PCLD		(29.229)	(28.542)	2%
Outras despesas operacionais		(5.858)	(35.097)	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		271.234	260	104221%
		<b>236.147</b>	<b>(63.379)</b>	<b>-473%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO</b>		<b>294.413</b>	<b>18.267</b>	<b>1512%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>20</b>	<b>35.917</b>	<b>14.101</b>	<b>155%</b>
Receitas financeiras		35.959	14.759	144%
(-) Despesas financeiras		(42)	(658)	-94%
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>330.330</b>	<b>32.367</b>	<b>921%</b>
<b>Tributos Correntes</b>		(17.131)	(6.891)	149%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>16</b>	<b>313.199</b>	<b>25.476</b>	<b>1129%</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

7. 007 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - D)

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
**CNPJ nº 79.621.439/0001-91**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**(Método Indireto)**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de Reais - R\$)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxos de caixas das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>313.199</b>	<b>25.476</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro</b>	<b>(233.278)</b>	<b>34.072</b>
Depreciações/amortizações	36.992	37.388
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(266.989)	(2.840)
Ajuste de exercícios anteriores	(3.281)	(476)
<b>Aumento (redução) dos ativos</b>	<b>(94.429)</b>	<b>(39.339)</b>
Contas a receber de clientes	(12.167)	(321)
Estoques	(2.344)	(1.472)
Tributos a recuperar	(4.502)	1.062
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(172)	275
Depósitos judiciais	(11.676)	6.906
Demais créditos	(63.568)	(45.789)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	<b>40.561</b>	<b>61.981</b>
Fornecedores	(14.220)	24.442
Obrigações sociais e trabalhistas	1.032	75.564
Impostos e contribuições a recolher	54.534	(39.210)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(785)	1.185
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>26.053</b>	<b>82.190</b>
<b>Fluxos de caixas das atividades de investimentos</b>		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(36.067)	(82.035)
Baixa do imobilizado e intangível	67	-
<b>Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos</b>	<b>(36.000)</b>	<b>(82.035)</b>
<b>Fluxos de caixas das atividades de financiamentos</b>		
<b>Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(658)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.947)</b>	<b>(503)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>220.363</b>	<b>220.866</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>210.416</b>	<b>220.363</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

8. 008 - Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****CNPJ nº 79.621.439/0001-91****Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido****Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Ajuste de avalição patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos 31.12.2020</b>	<b>1.086.444</b>	<b>(914)</b>	<b>(581.397)</b>	<b>504.133</b>
Resultado Líquido do Período	-	-	25.476	25.476
Ajuste de avaliação patrimonial	-	914	-	914
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(476)	(476)
<b>Saldos 31.12.2021</b>	<b>1.086.444</b>	<b>-</b>	<b>(556.397)</b>	<b>530.047</b>
Resultado Líquido do Período	-	-	313.199	313.199
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(3.281)	(3.281)
<b>Saldos 31.12.2022</b>	<b>1.086.444</b>	<b>-</b>	<b>(246.479)</b>	<b>839.965</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

9. 009 - Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstrações)



# PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

### 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

## **2 – BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

### **2.2. BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

### **2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

### **2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

### **2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 30 de janeiro de 2022.

## **3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras

### **a. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

#### **b. Receita e despesa financeira**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

#### **c. Ativos circulante e não circulante**

##### **- Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **- Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

### **- Depósitos Judiciais**

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

### **- Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

#### **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do quarto trimestre de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

#### **- Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados ao valor líquido de realização.

#### **d. Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

#### **- Fornecedores**

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

#### **- Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **- Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

#### e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2022.

### 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	20.764	15.584
Bancos conta vinculada (i)	1.392	1.086
Aplicações financeiras (ii)	273.848	294.890
Aplicações financeiras (iii)	(85.588)	(91.197)
<b>Total</b>	<b>210.416</b>	<b>220.363</b>

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

<b>Contrato</b>	<b>Cliente/Prestador</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>C/C</b>
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	14	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	339	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	102	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	16	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	31	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	89	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	213	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	225	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	191	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	20	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	125	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	11	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
<b>TOTAL</b>		<b>1.392</b>			

- (ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.



## 05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.019 (R\$7.852 em 31 de dezembro de 2021). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
A vencer	15.660	2.451
Vencidos até 30 dias	57	1.597
Vencidos de 30 a 180 dias	348	207
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.954	3.597
<b>Total</b>	<b>20.019</b>	<b>7.852</b>
Parcela do circulante	20.019	7.852
Parcela do não circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>20.019</b>	<b>7.852</b>

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	300.376	271.147
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(300.376)	(271.147)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

<b>Cliente</b>	<b>Valor original</b>
Terminais Port. Ponta do Félix	3.187
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	719
<b>Total</b>	<b>3.954</b>

- (ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.
- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

## 06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	30.559	27.246
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.994	9.806
Programa de Integração Social - PIS	32	31
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social – COFINS	149	149
<b>Total</b>	<b>41.734</b>	<b>37.232</b>

## 07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.888 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544.

## 08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
13º salário	-	-
Férias	1.194	933
Adiantamento de passagens	-	9
<b>Total</b>	<b>1.194</b>	<b>942</b>

## 09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas (i)	50.318	33.058
Tributos (ii)	378.225	315.967
Cíveis	19.232	19.207
Outros (iii)	85.588	91.197
<b>Total</b>	<b>533.363</b>	<b>459.428</b>

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$85.588 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 91.197 para 31 de dezembro de 2021 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

### Bloqueios por natureza das ações judiciais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas	2.784	18.108
Cíveis	82.804	73.089
<b>Total</b>	<b>85.588</b>	<b>91.197</b>

### 10 – OUTROS CRÉDITOS

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Convênio 54/2018 FUNESPAR	1.235	666
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	65	-
Provisão de IRRF sobre aplicações	861	437
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
<b>Total</b>	<b>3.478</b>	<b>2.420</b>

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

## 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Imobilizado

ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equip.	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total
<b>31 de dezembro de 2020</b>	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791	64.986	22	74	568.587
Aquisições	-	-	-	-	273	318	1.308	137	-	66.009	68.045
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)	-	-	-	(1.273)
Depreciação	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)	(9.401)	(3)	-	(36.742)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-	-	-	(237)	-
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71	-	-	-	1.270
Ajuste Contábil	-	-	-	-	798	-	-	-	-	(3.196)	(2.398)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	474	3.301	-	-	31.459	35.294
Baixas	(2.374)	-	-	(337)	(151)	-	-	-	-	-	(2.862)
Depreciação	-	-	(8.120)	(3.346)	(14.660)	(297)	(955)	(9.402)	(3)	-	(36.783)
Transferência	-	-	39.305	-	-	-	-	-	-	(39.305)	-
Baixa Deprec. Acum.	2.374	-	-	283	138	-	-	-	-	-	2.795
Ajuste Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	-	135.254	182.622	29.016	142.202	1.926	3.773	46.320	16	54.804	595.933

No exercício findo em 31 de dezembro do 2022, as principais movimentações ocorridas no patrimônio, ocorreram principalmente na conta de Obras em Andamento devido a investimentos realizados na infraestrutura marítima (Derrocagem da Palangana e Dragagem na área dos Dolphins de atracação) e na estrutura do cais (Recuperação do Píer de Inflamáveis), além de adequação da infraestrutura de segurança (ISPS-Code).

## b) Intangível

ESPÉCIE DE BEM	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.726</b>	<b>83</b>	<b>1.809</b>
Aquisições	428	1.646	2.074
Baixas	-	-	-
Amortização	(1.719)	-	(1.719)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>435</b>	<b>1.729</b>	<b>2.164</b>
Aquisições	-	773	773
Baixas	-	-	-
Amortização	(209)	-	(209)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>226</b>	<b>2.502</b>	<b>2.728</b>

## 12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Ordenados a pagar	2.905	2.733
Provisão para Férias	11.588	10.823
Provisão para 13º Salário	-	-
Consignações folha	244	197
Pensões a pagar	148	100
<b>Total</b>	<b>14.885</b>	<b>13.853</b>

### 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2022	2021
<b>Encargos da Folha</b>	<b>4.856</b>	<b>5.776</b>
Contribuição Previdenciária - INSS	1.647	2.725
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	721	901
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.488	2.150
<b>Contribuições sobre o Faturamento</b>	<b>230.515</b>	<b>193.403</b>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	189.736	159.180
Programa de Integração Social - PIS	40.779	34.223
<b>Impostos e Contribuições sobre Resultados</b>	<b>126.966</b>	<b>105.333</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33.520	27.789
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	93.446	77.544
<b>Encargos Retidos de Fornecedores</b>	<b>1.342</b>	<b>4.633</b>
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	467	1.119
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	(40)	330
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	745	2.011
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	170	1.173
<b>Parcelamento INSS/SEFA-PR</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>363.679</b>	<b>309.145</b>
<b>Parcela do Circulante</b>	9.274	10.408
<b>Parcela do Não Circulante</b>	354.405	298.737



## 14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2022 o valor desta conta é de R\$10.561 e de R\$11.346 em 31 de dezembro de 2021.

## 15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas	119.069	119.069
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	-	269.052
Precatórios (i)	29.436	27.373
<b>Total</b>	<b>176.654</b>	<b>443.643</b>
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	176.654	443.643

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

Após autorização do Conselho de Administração em sua 101ª Reunião Ordinária a reclassificação de PROVÁVEL para POSSÍVEL, dos processos que ainda constam em processo administrativo e que podem ainda ter seus valores a pagar questionados em âmbito judicial.

## 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

### b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro de 313,199 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2021 a Companhia registrou um lucro contábil de 25,476 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 330,914 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 366,001 milhões.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EBITDA	330.914	55.655
EBITDA Ajustado	366.001	119.294
Margem EBITDA	76%	14%
Margem EBITDA Ajustado	84%	29%

### c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2022 é de R\$246.479 e de R\$556.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

### d) Ajuste de Exercícios Anteriores

A ocorrência deste fato deu-se após apuração e levantamento de pendências ressaltadas na auditoria do exercício de 2021, sendo realizadas desta maneira readequações de ESTOQUE/ALMOXARIFADO, conforme reunião com os responsáveis da Coordenadoria de Materiais e Contabilidade na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Destaca-se que as informações apontadas na tabela abaixo foram reclassificadas pela natureza de origem da despesa, como também, revisão de Entradas e Saídas não constatadas nos controles auxiliares em razão do volume de recebimentos/entregas de materiais ocorridas fora do Almojarifado Central, sendo conseqüentemente ajustadas as movimentações pertinentes no Sistema GMS (estoque) e Sistema Sênior (Contabilidade).

<b>Conta: 100370 - 1.01.04.01.01 - Estoque / Almojarifado</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor</b>	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2001 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	52.559,90	Valor de ICMS do produto não lançado no GMS
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2262 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA cfe. posição do Sistema GMS.	1.417.354,30	Entrada de Produtos no GMS não realizada no período
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 24991 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	674.887,50	ÓLEO MINERAL - Abastecimento direto do reservatório do Silo Público
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 26127 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	676.462,50	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 30340 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	7.210,50	TECLADO E MOUSE - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 33795 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	131,10	TECLADO E MOUSE, mais VALOR DE IPI - parte integrante de NF Patrimoniada

01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 331 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	70.466,04	Prestação de serviços com fornecimento de materiais sob demanda de
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 339 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	178.177,85	infraestrutura de cabeamento de rede
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 342 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	472.243,54	lógica, cabeamento de rede telefônica com
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 344 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	536.144,09	fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 354 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	520.951,25	compreendendo instalação, remoção, ampliação,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 533511 de ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	23.076,47	remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade.
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 593 de LOCMAQ LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	198.990,00	Valor referente Reajuste Contratual (complemento de Preço e ICMS) - NF sem Item
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 801 de DUE FRATELLI INF. E COM. VAREJISTA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	16.932,00	TIRAS DE BORRACHA - Substituição em correias transportadoras
<b>TOTAL</b>		<b>4.845.587,04</b>	Materiais do Patrimônio (RACK e NOBREAK) inseridos no Estoque/Almoxarifado
31/05/2022	Valor ref. Reversão de reajuste de lançamento NF 2262 da empresa COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA, cfe relatório de Entradas GMS.	-1.417.354,30	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 326 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-36.163,68	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 329 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-108.491,04	
<b>TOTAL</b>		<b>3.283.557,36</b>	

## 17 – RECEITA OPERACIONAL

	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem	10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre	75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem	4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos	33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados	3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento	170.982	136.379	25%
Receitas Complementares	1.223	985	24%
	<b>484.558</b>	<b>453.118</b>	<b>7%</b>
(-) Deduções da receita	(50.549)	(43.832)	15%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>434.009</b>	<b>409.286</b>	<b>6%</b>

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m<sup>2</sup> arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

## 18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
Custos da Infraestrutura Marítima	71.815	37.770	90%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	7.206	12.538	-43%
Custos da Infraestrutura Terrestre	8.209	4.404	86%
Custos Diversos Padronizados	3.606	6.260	-42%
Custos Indiretos	127.893	107.551	19%
<b>Total</b>	<b>218.729</b>	<b>168.523</b>	<b>30%</b>

## 19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

<b>Despesas Administrativas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
Despesas com Pessoal Adm.	52.435	48.426	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades	43.989	48.624	-10%
Despesas Gerais	23.598	24.679	-4%
Depreciação do imobilizado	36.783	35.669	3%
Depreciação do Intangível	209	1.719	-88%
<b>Total</b>	<b>157.014</b>	<b>159.117</b>	<b>-1%</b>

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

<b>Despesas operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ%</b>
Despesas PCLD (i)	29.229	28.542	2%
Outras Despesas Operacionais (ii)	5.858	35.097	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes (iii)	(271.234)	(260)	104221%
<b>Total</b>	<b>(236.147)</b>	<b>63.379</b>	<b>-473%</b>

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (iii) O lançamento da reversão das provisões judiciais após a reclassificação jurídica de provável para possível, teve reflexo na linha Outras Receitas (sem impacto fiscal na apuração do LALUR, pois a despesa realizada quando do lançamento da provisão não foi dedutível).





## 20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
<b>Receita financeira</b>		
Juros recebidos ou auferidos	128	113
Rendimento de aplicação financeira	35.831	14.646
Descontos obtidos	-	-
<b>Total</b>	<b>35.959</b>	<b>14.759</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros pagos	(2)	(620)
Tarifas bancárias	(40)	(38)
<b>Total</b>	<b>(42)</b>	<b>(658)</b>
Variação Cambial Líquida	-	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>35.917</b>	<b>14.101</b>

## 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

### a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	210.416
Contas a receber	20.019
<b>Total</b>	<b><u>230.435</u></b>

**b) Risco de mercado**

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

**c) Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

**d) Risco regulatório**

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

## 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

### Saldo a pagar a partes relacionadas

<b>Entidades controlada pelo Estado do Paraná</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Copel Distribuição S.A.	444	728
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.127	1.215
Copel Comercialização S.A.	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.571</b>	<b>1.943</b>

### REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
<b>Total</b>	<b>67.473,02</b>	<b>67.473,02</b>

### QUANTIDADE DE MEMBROS

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	2	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	2	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	4	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>21</b>

## 23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2022 a 14 de abril de 2023.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2022	2021
Riscos operacionais	135.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro Garantia	86.444	-

## **24 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2023.

**Rodrigo Neris Cavalcanti**  
CRC PR-066466/O-9  
Contador Responsável

**Luiz Fernando Garcia da Silva**  
Diretor-Presidente

10. 010 - Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno.p7s)

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

**Relatório e Parecer do Controle Interno**  
Conforme IN nº 176/2022 – TCE-PR e  
IN nº 03/2023 – CGE-PR

**Carlos Eidam de Assis**  
*Gestor de Controle Interno*

**Flávio José Lopes Galli**  
*Coordenador de Controle Interno*

**Jéssica Emily Fuzick Soares**  
*Agente de Controle Interno Avaliativo*

Relatório Anual de Prestação de Contas – Exercício 2021

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[portosdoparana.pr.gov.br](https://portosdoparana.pr.gov.br)

**COMUNICAÇÃO INTERNA 1490/2022.** Assinatura Simples realizada por: **Flavio Jose Lopes Galli (XXX.500.639-XX)** em 26/04/2023 10:14, **Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX)** em 26/04/2023 11:52, **Jéssica Emily Fuzick Soares (XXX.007.369-XX)** em 26/04/2023 17:37 Local: APPA/CCINT. Inserido ao documento **270.769** por: **Flavio Jose Lopes Galli** em: 26/04/2023 10:14. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **e0afd29cab044d99667bdee63063c1a6**.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

## Sumário

1. Apresentação da Prestação de Contas.....	3
2. Metodologia.....	3
3. Áreas Avaliadas .....	3
4. Avaliação do Cumprimento e da Execução das Metas Previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual .....	3
5. Avaliação dos Resultados quanto à Eficácia e à eficiência da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	4
5.1. Gestão Orçamentária .....	4
5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária .....	4
5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária .....	5
5.2. Gestão Financeira.....	10
5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira.....	10
5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.....	10
5.3. Gestão Patrimonial.....	12
5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial.....	12
5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial.....	13
6. Ações Pontuais do Agente de Controle Interno Avaliativo .....	15
6.1. Introdução.....	15
6.2. Equipe Técnica .....	16
6.3. Cursos e Palestras Realizadas .....	16
6.4. Relatório da COORDENADORIA DE Controle Interno.....	17
6.5. Prestação de Contas à Controladoria Geral do Estado (CGE-PR) .....	18
6.6. Apoio ao Controle Externo do Estado (TCE-PR) .....	19
6.7. Plano de Ação 2022 .....	20
7. Relatório da Coordenadoria de Controle Interno (ANEXO I).....	22
8. Parecer do Controle Interno CONFORME Anexo III da IN 176/2022-TCE-PR .....	23



## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

### 1. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em cumprimento às determinações da instrução normativa nº 176/2022-TCE/PR, de 1º de dezembro de 2022, publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2889, em 9 de dezembro de 2022 p. 32-36, apresentamos o Relatório e Parecer do Controle Interno do Exercício de 2022 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA. A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria Geral do Estado, por meio da Coordenadoria de Controle Interno e instrução normativa nº 03/2023. O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no artigo 11º incisos IX e suas alíneas, incisos X e XI da IN 176/2022-TCE/PR.

### 2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle, compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa e análise de ambiente, com vistas a formar opinativo sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes.

### 3. ÁREAS AVALIADAS

As áreas e ações avaliadas no exercício de 2022 compreenderam:

1. Gestão Orçamentária
2. Gestão Financeira
3. Gestão Patrimonial
4. Procedimentos e Controles Internos de acordo com o escopo do Plano de Atividades de Controle Interno - 2022
5. Outras avaliações pertinentes à Empresa Pública.

### 4. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA-PR, por ser uma Empresa Pública independente, possui orçamento próprio, assim, ela não necessita dos recursos

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

financeiros do Estado. Dessa forma ela fixa na Lei Orçamentária Anual apenas as despesas de investimentos.

### 5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

#### 5.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

##### 5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária

Consiste no pleno alcance dos objetivos e metas de desempenho previamente definido aliado a observância dos prazos estabelecidos, não possuindo relação direta com a avaliação dos custos envolvidos. Sua mensuração se faz a partir da relação entre os resultados obtidos e os previstos para as ações dentro de cada Projeto/Atividade constante na Lei Orçamentária Anual (calculado automaticamente no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME).

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $\frac{\text{Meta realizada por Projeto Atividade}}{\text{Meta Física prevista por projeto Atividade}}$

Após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI” será determinado o “Coeficiente de Eficácia Global – COG”, por meio do somatório dos coeficientes individuais de cada ação dentro do Projeto/Atividade” dividido pelo total de ações que foram objeto de mensuração (somente aqueles que possuem meta física e compuseram cada coeficiente individual).

Coeficiente de Eficácia Global (COG) =  $\frac{\sum \text{COI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$

Para efeito de avaliação da eficácia da gestão orçamentária, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentaria Anual para cada “ação”, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

→ Gestão Orçamentária Efcaz: a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

→ Gestão Orçamentária Parcialmente Eficaz: a totalidade das ações dos “projetos/Atividades” com meta física na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Ineficaz: hipótese em que a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” menor que 0,5 (cinco décimos).

**5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária**

É a otimização da relação existente entre os resultados produzidos e os recursos empregados. Esta mensuração se faz a partir da comparação dos resultados obtidos e custos incorridos em face dos inicialmente previstos (“Coeficiente de Eficiência Individual – CEI”). Ou seja, despesa empenhada versus fixada (Total Orçamentário) para as ações de cada Projeto / Atividade constante da Lei Orçamentária Anual e que foram objeto de aplicação do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI”, empregando-se o seguinte indicador:

$$\text{Coeficiente de Eficiência Individual (CEI)} = \frac{\text{Coeficiente de Eficácia Individual (COI)} / \text{Despesa Empenhada}}{\text{Despesa Fixada (Total Orçamentário)}}$$

O “Coeficiente de Eficácia Global” será determinado após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – CEI”, por meio do somatório do CEI para cada Projeto/Atividade.

$$\text{Coeficiente de Eficiência Global (CEG)} = \frac{\sum \text{CEI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$$

Para efeito de avaliação de gestão orçamentária, sob o aspecto de sua eficiência, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual para cada “Projeto/Atividade” em relação ao consumo dos recursos inicialmente previstos, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

→ Gestão Orçamentária Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

→Gestão Orçamentária Parcialmente Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Ineficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” menor que 0,5 (cinco décimos).

**I. Reforçar o Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá - AFF 5**

Protocolo: 16.515.595-5 – Licitação nº 5/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia de obras portuárias, para Execução das obras de recuperação e proteção dos elementos estruturais do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, bem como a destinação final dos materiais residuais provenientes da obra, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante.

Andamento: Obra finalizada em maio/2022, último pagamento feito em setembro/2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $1 / 1 = 1$   
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =  $1 / 0,756 = 1,32$

**II. Elaborar o Projeto e Execução da Derrocagem Emergencial - AFF 10**

Protocolo: 16.100.583-5 – Licitação nº 1/2020

Objeto: Elaboração do Projeto Executivo, bem como a Execução das Obras de derrocamento submarino de altos fundos de um maciço rochoso (Palanganas) e remoção de material até a cota de -14,60m, localizado no canal principal de acesso à Bacia de Evolução do Porto de Paranaguá

Andamento: Obra paralisada, aguardando análise interna.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $0,65 / 1 = 0,65$

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =  $0,65 / 0,756 = 0,86$

**III. Reformar e renovar os trapiches de Antonina, Ilha dos Valadares e Rocio - AFF 13**

Protocolo: 16.375.118-6 – Licitação nº 9/2020

Objeto: Execução das obras de reparos e melhorias do trapiche existente do Rocio, Paranaguá-PR, bem como a execução das obras dos novos trapiches em Ponta da Pita e Portinho em Antonina- PR e Valadares Itiberê e Adm. em Paranaguá-PR, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à execução.

Andamento: Obra parcialmente finalizada. Foram concluídos os trapiches do Rocio, Ilha dos Valadares em Paranaguá e Ponta da Pita em Antonina, estando em andamento a execução das obras do trapiche de Portinho em Antonina, com previsão de término em fevereiro/2023.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $2,49 / 3 = 0,83$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =  $0,83 / 0,756 = 1,1$

**IV. Promover a execução das obras de otimização do corredor de exportação leste do Porto de Paranaguá – AFF 15**

Andamento: As Obras de Otimização do Corredor de Exportação foram incluídas no arrendamento das áreas PAR14 e PAR15, sendo que as mesmas serão realizadas pelos futuros arrendatários. As Audiências públicas referentes ao processo de arrendamento das áreas foram realizadas no ano de 2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $0 / 1 = 0$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =  $0 / 0,756 = 0$

**V. Promover a execução das obras de otimização da moega ferroviária do corredor de exportação leste do Porto de Paranaguá – AFF 16**

Andamento: A obra encontra-se em fase de licitação, sendo que a mesma foi realizada em outubro/2022, estando a proposta em análise.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =  $0 / 1 = 0$

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- VI. Executar obras de reforma das instalações da APPA para atender o Plano de Segurança Portuário - ISPS CODE - AFF 18

Andamento: Obra finalizada, última medição finalizada em outubro/2022 e último pagamento efetuado em dezembro/2022.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 1 / 1 = 1  
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 1 / 0,756 = 1,32

- VII. Executar obras de substituição do telhado da Sede Administrativa da APPA, incluindo a instalação de sistema fotovoltaico – AFF 19

Andamento: A obra encontra-se em fase de licitação.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- VIII. Executar adequação do sistema de iluminação Faixa Portuária do Porto de Paranaguá – AFF 21

Andamento: Obra em fase de estudos para desenvolvimento via parceria de negócios.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- IX. Executar obras de remodelação do sistema de água e esgoto do Porto de Paranaguá – AFF 22

Andamento: A obra encontra-se em fase de análise pela companhia de saneamento de Paranaguá.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

- X. Executar Obras de substituição do sistema de pesagem da Portaria central (04) do Porto de Paranaguá – AFF 23

Andamento: A obra encontra-se em fase de estudos.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- XI. Executar obras do dolfin do Píer de Inflamáveis no Porto de Paranaguá – AFF 24

Andamento: A obra encontra-se em fase de desenvolvimento do projeto.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- XII. Executar obras de reforma e renovação dos trapiches de comunidades na área de influência do Porto de Paranaguá – AFF 25

Andamento: Processo licitatório em andamento para construção de seis novos trapiches.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

- XIII. Construir novo edifício do almoxarifado do Porto de Paranaguá – AFF 26

Andamento: A obra encontra-se em fase de licitação.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 0 = 0  
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,756 = 0

**Avaliação da Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária (COG e CEG)**

- Coeficiente de Eficácia Global (COG): soma dos COI/nº de ações do orçamento

$$\frac{1 + 0,65 + 0,83 + 1}{13} = 0,27$$

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

O índice calculado, **0,27** demonstra uma gestão orçamentária ineficaz, pois das 13 obras incluídas no planejamento, apenas quatro foram executadas no respectivo ano.

- Coeficiente de Eficiência Global (CEG): soma dos CEI /nº de ações do orçamento

$$\frac{1,32 + 0,86 + 1,1 + 1,32}{13} = 0,35$$

O índice calculado, **0,35** demonstra uma gestão orçamentária ineficiente.

Avaliação do Controle Interno: Analisando as informações presentes no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, observa-se que o valor de 75% executado do orçamento não condiz com as obras lançadas no mesmo, pois esse total executado diz respeito também às ações adicionais descritas no orçamento conforme itens A18 ao A28 informados no respectivo demonstrativo orçamentário. Ações adicionais que não compõem o cálculo dos coeficientes de eficácia e eficiência global, sendo assim restou comprometida a avaliação da gestão orçamentária pelos índices propostos.

### 5.2. GESTÃO FINANCEIRA

Na Gestão Financeira da APPA no exercício de 2021 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua eficácia e eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2022 – CGE-PR.

#### 5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira

O controle de saldo disponível para as obrigações da empresa tem início no orçamento das saídas financeiras e previsões de recebimento. Com este controle são tomadas as decisões para os próximos investimentos, levando em conta a expectativa futura quanto ao saldo em caixa da empresa. Para tal levantamento são gerados dois relatórios do ERP Financeiro: títulos a pagar da semana e títulos a receber.

Quando é iniciado um novo contrato, a área financeira realiza a declaração de disponibilidade financeira, adequação da despesa e a ordenação da despesa, já com sua identificação, conta financeira e valor total.

#### 5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.



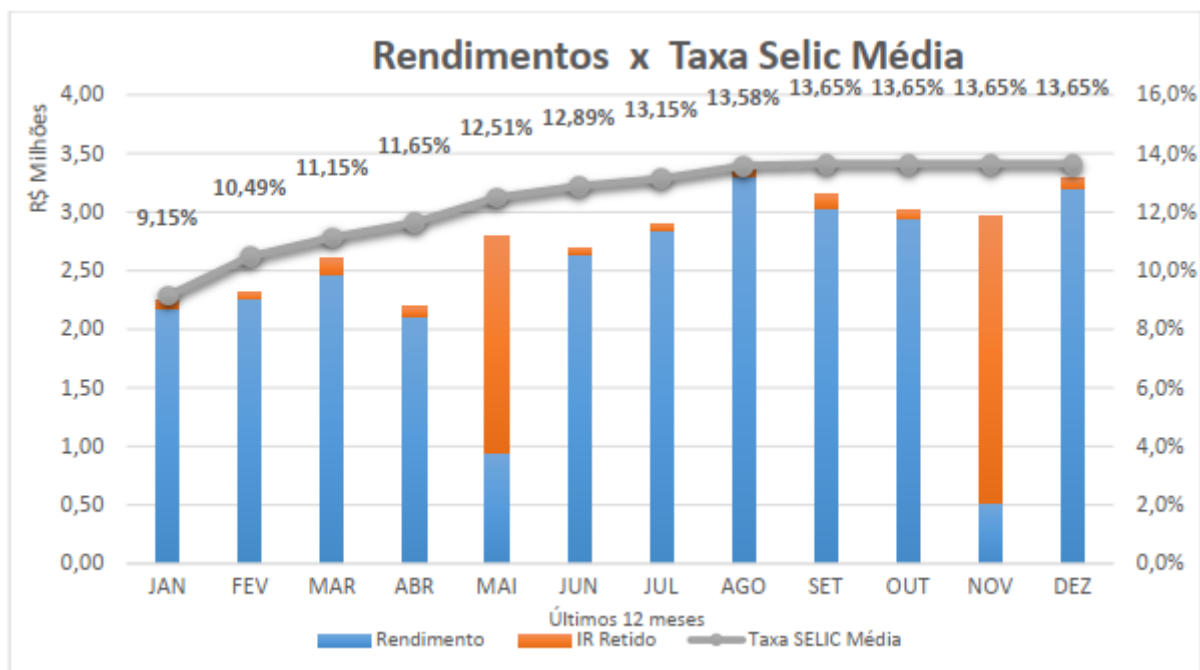
**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
 Coordenadoria de Controle Interno

Ao longo do ano foram utilizados os mesmos métodos de controle dos anos anteriores. Os pagamentos são todos lançados em sistema de Gestão Empresarial (ERP), onde já são também emitidas as guias para recolhimento dos tributos das Notas Fiscais dos fornecedores. Além disso, todos os pagamentos são solicitados formalmente via e-protocolo, cujo número é inserido no sistema ERP para cada pagamento. Após o processamento dos pagamentos na instituição bancária, os comprovantes são inseridos nos protocolos digitais, e é feita a baixa dos pagamentos no sistema ERP. Além disto, também temos controle diário do fluxo de caixa, realizado em planilhas Excel, com novo controle de todos os pagamentos efetuados, junto de breve identificação dos mesmos, para duplo controle, reduzindo ao máximo as chances de erros ou fraudes nas contas a pagar.

Os pagamentos foram realizados, em sua maioria, dentro dos seus respectivos vencimentos, conforme a programação financeira que foi realizada. De acordo com o relatório de despesas financeiras, a APPA pagou R\$ 28,99 de juros e multas, valor esse que corresponde a uma porcentagem insignificante perante o total dos pagamentos feitos em 2022, que foi de mais de 489 milhões.

Quanto às aplicações financeiras, os recursos são alocados majoritariamente em Fundos Exclusivos de Investimentos, com investimentos em títulos públicos e depósitos a prazo. Os fundos renderam, em média 12,43% em 2022, um rendimento total de R\$ 28,47 milhões líquido de impostos. Apresentamos gráfico abaixo demonstrando como o rendimento é diretamente impactado pelo comportamento da Taxa Selic.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

O rendimento das aplicações em 2022 foi consideravelmente maior que o ano anterior, devido à alta da taxa básica de juros da economia, a SELIC, definida pelo Banco Central. A taxa saiu de 9,15% a.a., em janeiro, para 13,65% a.a. em agosto se mantendo até dezembro. Com isso, a média da taxa de juros, ao longo de 2022, foi de 12,43%.

Avaliação do Controle Interno: De acordo com as informações expostas pela Gerência Financeira, pelos extratos de pagamentos do sistema ERP e o Relatório Interno de Fundos de Investimentos 2022, esta Coordenadoria de Controle Interno não pode afirmar que a gestão financeira não está adequada em todos os aspectos relevantes, sendo assim, esta Administração possui Gestão Financeira Eficaz e Eficiente.

**5.3. GESTÃO PATRIMONIAL**

Na Gestão Patrimonial da APPA no exercício de 2022 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua Eficácia e Eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2023 – CGE-PR.

**5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial**

IN 03/2023 – CGE-PR. “Para a correta avaliação da gestão patrimonial deve-se considerar como “eficácia” o alcance dos objetivos em razão dos quais o patrimônio se estabelece. Devem ser observadas, simultaneamente, sua utilização e sua conservação. Para tanto, deverá o Agente de Controle Avaliativo utilizar do instituto de amostragem, mediante análise do inventário, nos termos de cessão de bens, entrevistas e das conferências “in loco”, observando:

- A adequada e pertinente utilização do patrimônio, conjugando a finalidade do Órgão/Entidade ou do Fundo com os objetivos das políticas públicas de sua responsabilidade e o fim a que se destina.

- O estado de conservação dos bens patrimoniais, de forma a permitir sua utilização otimizada.”

Acerca da eficácia da Gestão Patrimonial no exercício de 2022, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA - realizou algumas atividades a fim de otimizar a sua utilização e atingir as finalidades de políticas públicas preestabelecidas. A APPA em 2022, segundo as informações obtidas junto à Coordenadoria de Patrimônio, realizou movimentações patrimoniais de incorporações (58 processos), transferências/doação (324 processos) e desincorporações (11 processos) de bens. Ainda, em 11 de novembro de 2022 foi realizado um leilão de inservíveis desta APPA, pela empresa Kronberg Leilões com 30 lotes

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

contendo veículos e maquinários. Foram arrematados todos os lotes e a desincorporação administrativa/contábil está em andamento.

### 5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial

IN 03/2022 – CGE-PR. “Considera-se como “eficiência da gestão patrimonial” o conhecimento tempestivo do patrimônio do Órgão/Entidade ou do Fundo no que se refere à sua composição e utilização. Para promover a avaliação o Agente de Controle deverá considerar a existência de mecanismos de controle que possibilitem tal conhecimento. Para tanto, deverão ser verificados:

- A correta aplicação das normas pertinentes ao controle patrimonial, em especial:
  - ✓ Decreto nº 5289 de 26 de agosto de 2009, que institui o uso da numeração única e das etiquetas com código de barras para o controle do patrimônio de bens móveis;
  - ✓ Decreto nº 1050 de 13 de abril de 2011, que estabelece o prazo de seis meses para cumprimento do Decreto nº 5289/09, que dispõe sobre doações de bens móveis de interesse social;
  - ✓ Decreto nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre doação de bens móveis de interesse social e suas alterações; e
  - ✓ Demais legislações pertinentes.
- A existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público, consistentes em controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventários com o devido ajuste das distorções identificadas, efetuados por pessoas devidamente treinadas e mediante observância do princípio de segregação de funções, guarda de bens em locais apropriados, entre outros
  - Planejamento para aquisição de bens e sua observância;
  - Ocorrência de denúncias sobre desaparecimento ou mau uso dos bens patrimoniais;
  - Instauração de processos administrativos disciplinares para fins de apuração de responsáveis por desaparecimento de bens;
  - Existência de conciliação e realização de ajustes dos respectivos saldos contábeis com vistas à demonstração da fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio.”

Sobre a eficiência da Gestão Patrimonial, na estrutura organizacional da APPA, a Coordenadoria de Patrimônio e Seguros é responsável por todas as atividades inerentes à

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

Gestão Patrimonial, tais como, administrar as apólices dos seguros patrimoniais e de frotas da APPA.

Todos os bens são devidamente registrados no Sistema de Gestão Patrimonial de Bens Móveis do Estado - GPM desde a sua aquisição, movimentação e desincorporação, sob a supervisão e autorização da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

As movimentações são registradas por documentos gerados automaticamente pelo sistema após a realização das movimentações, devidamente assinado pelas partes envolvidas e pelo chefe do Patrimônio e após lançado no sistema GPM. Estes documentos podem ser: termo de transferência, termo de responsabilidade, termo de incorporação, etc. Contabilmente é utilizado o sistema de gestão empresarial “Sênior” (ERP) e, em cumprimento ao Ofício Circular nº 6/2018/SRG-ANTAQ, utilizamos também o “SISPAT” (Sistema de Controle Patrimonial dos Portos Organizados), de forma a atender a Agência Reguladora de nossa atividade.

Todos os bens de alto valor agregado são segurados e ao ocorrer o sinistro o mesmo além de registrado na seguradora é registrado via Boletim de Ocorrência pela Guarda Portuária, dando início a um processo administrativo que irá registrar todos os trâmites ocorridos. No exercício de 2022, segundo a Unidade Administrativa de Segurança Portuária – UASP, tivemos as seguintes ocorrências relacionadas ao patrimônio da APPA:

DATA	Nº B.O.	DESCRIÇÃO
02/01/2022	002	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
15/01/2022	017	AVARIAS ÀS ESCADAS DA DALA DO TEFER CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
15/01/2022	018	AVARIAS AO EQUIPAMENTO DE LEITURA BIOMÉTRICA DO PORTÃO 08 (SILO)
28/01/2022	029	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
05/02/2022	032	AVARIAS À PORTA DO ARMAZÉM 06 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/02/2022	040	AVARIAS AO SHIPLOADER B206 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
10/02/2022	046	AVARIAS ÀS ESCADAS DA DALA DA BUNGE CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
17/02/2022	058	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/02/2022	061	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA OPERAÇÃO DE CAMINHÃO
22/02/2022	062	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA OPERAÇÃO DE CAMINHÃO
23/02/2022	065	AVARIAS ÀS ESCALAS DE SAÍDA DO PORTÃO 5 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
24/02/2022	067	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
25/02/2022	068	ROMPIMENTO DE CABOS DE ENERGIA DEVIDO TENTATIVA DE FURTO
27/03/2022	091	AVARIAS ÀS ESCADAS DA DALA DA BUNGE CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
20/04/2022	107	AVARIAS ÀS ESCADAS DA DALA DA BUNGE CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
29/04/2022	117	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 04 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
29/04/2022	118	AVARIAS À CANCELAS DE SAÍDA DO TOMBADOR DO SILO PÚBLICO
02/05/2022	123	AVARIAS AO TELHADO DO ARMAZÉM DA VILA DA MADEIRA CAUSADAS PELA OPERAÇÃO DE CAMINHÃO
03/05/2022	124	AVARIAS À PORTA DA SEÇÃO DE ELÉTRICA CAUSADAS POR ARROMBAMENTO
07/05/2022	126	AVARIAS À BALANÇA DE AFERIÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
23/05/2022	135	FURTO DE 21 MANGUEIRAS DE COMBATE A INCÊNDIO NO SILO PÚBLICO
26/05/2022	136	AVARIAS AO SHIPLOADER B206 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
30/05/2022	139	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 04 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
31/05/2022	140	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO DE ACESSO FERROVIÁRIO DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA MANOBRA DE TREM
07/06/2022	143	AVARIAS À COLUNA DO PORTÃO 03 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
10/06/2022	145	AVARIAS À COLUNA E GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
15/06/2022	150	AVARIAS ÀS ESCADAS DA DALA DA BUNGE CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

22/05/2022	152	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
20/06/2022	153	AVARIAS À PORTA DO ALMOXARIFADO CAUSADAS POR ARROMBAMENTO
29/06/2022	164	AVARIAS AOS SENSORES DO SISTEMA DE SAÍDA DE VEÍCULOS DO PORTÃO 16 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
02/07/2022	168	AVARIAS AOS SENSORES DO SISTEMA DE ENTRADA DE VEÍCULOS DO PORTÃO 04 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
02/07/2022	169	AVARIAS NO MURO DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
09/07/2022	174	AVARIAS ÀS GRADES DO PERÍMETRO DO ALMOXARIFADO CAUSADAS POR ARROMBAMENTO
12/07/2022	177	AVARIAS ÀS CANCELAS DE SAÍDA DO TOMBADOR DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
21/07/2022	185	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA OPERAÇÃO DE CAMINHÃO
28/07/2022	190	AVARIAS À CANCELAS DE ENTRADA DO PORTÃO 5 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
29/07/2022	193	AVARIAS À PAREDE DO PRÉDIO DO PÁTIO DE TRIAGEM CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
01/08/2022	197	AVARIAS EM BEBEDOURO CAUSADA POR PRINCÍPIO DE INCÊNDIO
04/08/2022	200	AVARIAS AO SHIPLOADER B213 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
11/08/2022	205	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
13/08/2022	206	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 06 - SILO CAUSADAS POR ACIDENTE OPERACIONAL
17/08/2022	210	AVARIAS À COLUNA DO PORTÃO 03 CAUSADAS PELA MANOBRA DE CAMINHÃO
18/09/2022	232	AVARIAS AO VEÍCULO LOCADO CAUSADAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO
23/09/2022	235	AVARIAS AO TELHADO DO ARMAZÉM 10 CAUSADAS POR INTEMPÉRIE
27/09/2022	242	AVARIAS AO MURO DO ARMAZÉM 13 CAUSADAS POR ACIDENTE OPERACIONAL
22/10/2022	292	AVARIAS AO VEÍCULO LOCADO CAUSADAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO
25/10/2022	294	AVARIAS À PORTA DO ARMAZÉM 06 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
25/10/2022	295	AVARIAS À FIAÇÃO ELÉTRICA CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/11/2022	305	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO PÚBLICO CAUSADAS PELA OPERAÇÃO DE CAMINHÃO
12/11/2022	308	AVARIAS À PORTA DE VIDRO DO PRÉDIO BARÃO DO TEFFÉ CAUSADAS POR ACIDENTE DE TRABALHO
24/11/2022	317	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
28/11/2022	320	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
28/11/2022	323	AVARIAS À COLUNA DO PORTÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS
03/12/2022	324	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
29/12/2022	357	AVARIAS À PORTA DO ARMAZÉM 10 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO

Em caso de furto ou desaparecimento de bens a APPA, por meio da Unidade Administrativa de Segurança Portuária, UASP, faz boletim de ocorrência (BO) para apresentar os fatos e, logo após, dá início ao processo administrativo para apresentar as causas do desaparecimento dos bens.

## 6. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

### 6.1. INTRODUÇÃO

O Setor de Controle Interno da APPA atua principalmente na verificação dos controles internos usados pelos vários setores para o devido cumprimento das obrigações e da gestão de risco, conforme preconiza a Lei nº 13.303 (que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas), Resolução nº 024/2017 que Regulamenta as competências dos Núcleos de Controle Interno Avaliativo dos Órgãos da Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos serviços Autônomos e nos Órgãos de Regime – Especial, Resolução nº 009/2014 que define as competências dos Agentes de Controle Interno atuantes na Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos Serviços Sociais Autônomos e nos Órgãos de Regime Especial e as Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno para Jurisdicionados | 2017 – TCE-PR. A partir dessas normas, houve a

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

criação de normativas internas (Ordem de Serviços e Portarias) que regulamentam suas atividades. Abaixo apresentam-se as Normativas do setor:

Portaria nº 026/16 – A qual institui o Sistema de Controle Interno, composto tanto pelas chefias da estrutura organizacional da APPA como o Setor de Controle Interno, e também seus objetivos e competências.

Portaria nº 143/17 – Institui o Controle Interno, vinculado à presidência, bem como objetivos, estrutura, modalidades, principais áreas de atuação, deveres, finalidades, possibilidade de assessoramento de outras áreas, contratação de empresas e profissionais especializados para auxílio nas atividades específicas, preceitos, periodicidade de relatórios e demais fatos complementares.

Portaria nº 365/19 - Designa os servidores para desempenhar as atividades de Coordenador e Agente de Controle Interno Avaliativo, bem como o Gestor do Controle Interno, composto entre servidores efetivos.

Portaria nº 423/20 – Designa servidor para atuar como Gestor do Controle Interno em substituição ao anterior, revogando o item 6 da portaria nº 365/19.

Política de Controles Internos da Portos do Paraná - tem por finalidade auxiliar na mitigação dos riscos de acordo com a complexidade dos processos, bem como disseminar a cultura de controle como instrumento de melhoria da gestão.

### 6.2. EQUIPE TÉCNICA

Conforme as Portarias supracitadas, o organograma, assim como a composição de equipe técnica, apresenta-se abaixo:

#### Gestor do Controle Interno:

- Carlos Eidam de Assis – Superintendente de Governança - Matrícula 1994.

#### Coordenador do Controle Interno:

- Flávio José Lopes Galli – Analista Portuário – Matrícula 2073.

#### Agente de Controle Interno Avaliativo:

- Jéssica Emily Fuzick Soares – Agente Portuário – Matrícula 2143.

### 6.3. CURSOS E PALESTRAS REALIZADAS

Os cursos realizados pelo Setor estão todos ligados à área de controles internos, auditoria, governança, riscos e fraudes, e objetivam um aprendizado e fundamentação sobre as atividades diárias realizadas, a fim de desenvolvê-las com maior eficiência e segurança.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[portosdoparana.pr.gov.br](https://portosdoparana.pr.gov.br)

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

A maioria dos cursos e palestras desenvolvidas estão ligadas à Escola de Gestão Pública do TCE/PR e Escola de Gestão do Paraná, considerando que o Órgão proporciona um elevado número de cursos voltados às áreas de atuação do Controle Interno, bem como profissionais capacitados nestas disciplinas.

Alguns cursos realizados em 2022:

- Melhores Práticas para Conselho de Administração – IBGC;
- Gestão de Riscos (ênfase em Portos) – Universidade Federal Fluminense – UFF
- XVIII ENCONTRO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO
- Gestão de Projetos – Impariamo Cursos e Consultoria

### 6.4. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

O relatório final apresenta as atividades realizadas dentre as Diretorias desta Administração, conforme cronograma de 2022. Ele contempla as ferramentas utilizadas e as evidências de atendimento para algumas situações.

Demais ações desta Coordenadoria de Controle Interno – CCINT/APPA, em 2022:

- Avaliação de Controles Internos – Coordenadoria de Fiscalização de Arrendamentos:

A partir do processo desenhado pela frente de Gestão de Processos, analisamos os diversos procedimentos inerentes a atividade e identificamos os mais relevantes e com risco potencial para a verificação dos controles internos. Após, identificamos o fator de risco potencial que o referido procedimento pode apresentar caso não seja executado um controle adequado e efetivo.

Em seguida, a análise supramencionada é encaminhada ao gestor da área para que o mesmo informe os controles internos adotados para os itens identificados. Define-se um prazo para reporte da manifestação solicitada com possível prorrogação, desde que devidamente justificada.

Quando do recebimento da manifestação do gestor, avaliamos se o controle interno informado é adequado e suficiente para mitigar o fator de risco identificado no respectivo procedimento.

Na execução do trabalho de verificação dos controles internos, o gestor da área identificou outra fragilidade no procedimento de revisão do relatório de fiscalização e implantou melhoria para mitigar o risco considerado, conforme segue:

- Fator de Risco: deixar de reportar as não conformidades a fim de beneficiar o arrendatário.
- Procedimento antigo: apenas o coordenador verificava e assinava o relatório de fiscalização.

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

- Procedimento novo: todos os membros da coordenadoria devem verificar e assinar o relatório de fiscalização antes de enviar para a empresa fiscalizada.
- Efeito mitigador: evitar que outro coordenador que a área possa ter, aja de má-fé alterando o relatório e assim beneficiando o arrendatário.

Como mais um produto da Gestão de Controles Internos, temos a matriz de responsabilidade, utilizada pela Coordenadoria de Controle Interno, onde todo o levantamento e análise dos controles internos identificados no referido trabalho são informados com os responsáveis definidos. A matriz de responsabilidade mostra o processo, o procedimento e o respectivo fator de risco com o controle interno adotado, os responsáveis pela execução do mesmo, o gestor da área responsável pelo processo e a forma de asseguarção utilizada.

Por fim, observa-se que a avaliação dos controles internos, em sua maioria foi considerado adequado, apenas o item 1 recebeu recomendação. Destaca-se que a referida recomendação é a fim de mitigar o fator de risco identificado no procedimento, e a responsabilidade de implantação ou não do que foi recomendado é da área executora. O relatório foi encaminhado aos mesmos para ciência e providências que julgarem necessárias.

- Atualização da Matriz de responsabilidade utilizada por esta CCINT para gestão dos controles internos, com definição dos responsáveis pela execução do controle, bem como o gestor responsável, forma de asseguarção em que o controle é executado, a descrição de como o controle é executado, em qual processo e procedimento ele está inserido e quais os fatores de risco caso o controle não seja efetivo.
- Atuação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção através do sistema e-prevenção. Realizado o diagnóstico dos mecanismos de acordo com o sistema e posteriormente coordenação do plano de ação para implantar possíveis melhorias para mitigar não conformidades relacionadas ao diagnóstico.

### 6.5. PRESTAÇÃO DE CONTAS À CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-PR)

O Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE-PR), consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, promovendo a eficiência operacional, assegurando a observância das leis, normas e políticas vigentes.

Ela envia ao Controle Interno da APPA, via sistema e-CGE, questionários para obter esclarecimentos das ações internas da empresa sobre as atividades realizadas em um período específico. No exercício de 2022 tivemos três formulários e as questões foram centralizadas nas áreas de Acompanhamento de Gestão, Financeira, Recursos Humanos e Administrativa.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[portosdoparana.pr.gov.br](https://portosdoparana.pr.gov.br)



## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

Vale ressaltar a importância desse questionário, pois ao final de cada exercício ele deve compor a prestação de contas anual entregue ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

Ainda, no exercício de 2022, conforme o Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas – Sistema e-CGE, todas as recomendações pertinentes foram acatadas e o respectivo Plano de Ação foi executado conforme descrito.

Por fim, em consonância com as instruções normativas fora efetuado o reporte das demandas dos controles externos mensalmente à CGE, em sua maioria demandas do Ministério Público e Tribunal de Contas. Também foram reportados quadrimestralmente à CGE o Relatório de Avaliação e Monitoramento do PPA 2020-2023 através do protocolo nº 18.788.146-3 e o Relatório de Transferências Voluntárias e Movimentação de Pessoal através do protocolo nº 18.789.953-2.

### 6.6. APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO ESTADO (TCE-PR)

O Tribunal de Contas é um órgão de Controle Externo. Seu grande objetivo é garantir que o dinheiro público seja bem aplicado pelos gestores e retorne à comunidade por meio de serviços de qualidade.

Considerando a necessidade do Setor de Controle Interno da APPA auxiliar nas atividades do TCE-PR, rotineiramente são executadas algumas práticas ligadas ao Órgão Fiscalizador, como:

- SIT – Sistema Integrado de Transferências;
- SGA - Sistema Gerenciador de Acompanhamento;
- CACO – Canal de Comunicação;
- SEI-CED – Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados.

Acerca do Sistema Integrado de Transferências a APPA possui três convênios:

- FUNESPAR (Convênio - nº 054-2018);
- DER (Convênio nº 080/2014);
- FUNPAR (Convênio nº 4173545/2022)

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

Nesse trabalho a atividade do Controle Interno da Appa é analisar se o plano de trabalho estabelecido inicialmente está sendo cumprido, bem como se os repasses àquela instituição estão sendo realizados adequadamente. Constantemente o Controle Interno deve acessar o site do TCE-PR e verificar se as atividades estão em dia. Por fim, ao final de cada exercício, deve ser elaborado uma prestação de contas via sistema das atividades dos convênios.

Ainda, o Tribunal de Contas do Estado emite via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA) ou via Canal de Comunicação (CACO), diretamente ao Coordenador de Controle Interno, achados e solicitações de esclarecimentos de atividades. Vale destacar a importância da verificação diária desses sistemas, tendo em vista que, em sua grande maioria, possuem prazos curtos para que seja elaborada uma resposta. Em 2022 recebemos 28 demandas no CACO e 19 apontamentos no SGA.

Por fim, no Sistema Estadual de Informações – SEI-CED, enviamos o arquivo que é gerado no sistema e-CGE da Controladoria Geral do Estado, onde constam as atividades demandadas pela CGE-PR e executadas pela Coordenadoria de Controle Interno e Coordenadoria de Ouvidoria da APPA no respectivo quadrimestre, bem como demandas da sociedade à ouvidoria no que se refere à transparência e acesso à informação. Posteriormente, reportamos no mesmo sistema e-CGE o recibo de envio daquele arquivo ao TCE-PR.

**6.7. PLANO DE AÇÃO 2022**

Para o exercício de 2022 foi elaborado o Plano de Atividades do Controle Interno – PACI, através da Portaria nº 054/2022, a qual aponta, essencialmente, o cronograma de atividades que será realizado, bem como o escopo de trabalho, conforme segue:

PLANO ANUAL DE CONTROLE INTERNO - ESCOPO 2022													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Plano de Atividades de Controle Interno 2022.													
Relatório e Parecer do Controle Interno - Prestação de Contas Anual - Exercício 2021.													



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

à Corrupção-PNPC, Sistema  
e-Prevenção.

## 7. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO (ANEXO I)

O relatório sobre as ações da Controladoria Geral do Estado, promovidas no exercício de 2022, encontra-se anexo a este documento.

11. 011 - Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno.p7s)

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

**8. PARECER DO CONTROLE INTERNO CONFORME ANEXO III DA IN 176/2022-TCE-PR**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO  
AVALIAÇÃO DA GESTÃO  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por esta Coordenadoria de Controle Interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2022, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão em questão, conforme segue:

Considerando os trabalhos desta Coordenadoria de Controle Interno bem como observando os trabalhos da Coordenadoria de Auditoria Interna desenvolvidos no exercício de 2022, pode-se afirmar que, de um modo geral, o nível de maturação dos controles internos da Portos do Paraná atende ao momento, mas carecem de manuais e procedimentos mais específicos e estruturados, embora todos os processos necessitem de ajustes e correções pontuais para melhoria contínua.

Ainda, no tocante as obras incluídas no orçamento, verifica-se que muitas acabam não sendo executadas no referido exercício financeiro. Portanto, denota-se certa deficiência no planejamento das mesmas, sendo assim, pode-se afirmar que temos um ponto de atenção a ser observado em futuros orçamentos, porém, não é uma situação que conspurca a gestão.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Paranaguá, em 17 de abril de 2023.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA  
Coordenadoria de Controle Interno

*(Assinado eletronicamente)*

Carlos Eidam de Assis

Gestor de Controle Interno

*(Assinado eletronicamente)*

Flávio José Lopes Galli

Coordenador de Controle Interno

*(Assinado eletronicamente)*

Jéssica Emily Fuzick Soares

Agente de Controle Interno Avaliativo





**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações da Coordenadoria  
de Ouvidoria, conforme Instrução Normativa do TCE/PR**

## Coordenadoria de Ouvidoria

Relatório de Avaliação - Janeiro à Dezembro de 2022

Órgão:

**Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA**

### Objetivo

Apresentar Relatório de Resultados em consonância com a Lei 17.745/13 e o Decreto 2.741/2019, considerando que a Coordenadoria de Ouvidoria tem, entre outras atribuições, a de coordenação e manutenção do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, do Poder Executivo Estadual, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, visando receber e dar encaminhamento às solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as ações e programas de governo.

### Metodologia

Este trabalho evidencia os resultados dos atendimentos recepcionados pelo Órgão/Entidade, por intermédio do portal da Internet, carta, e-mail, telefone, WhatsApp ou pessoalmente, registrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, no ano de 2022. Os dados coletados requerem, além da análise das informações gerais e de interesse gerencial, a especial atenção quanto à eficiência, eficácia e celeridade dos atendimentos elencados.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ÓRGÃO/ENTIDADES  
EXERCÍCIO 2022

Natureza	Reivindicações	Porcentagem
Acesso à Informação	16	19,8%
Denúncia	26	32,1%
Reclamação	16	19,8%
Solicitação	23	28,4%

Status	Reivindicações	Porcentagem
Em Andamento	2	2,47%
Encerrada	79	97,53%

**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações da Coordenadoria de Corregedoria, conforme Instrução Normativa do TCE**

## Coordenadoria de Corregedoria

Relatório de Avaliação - Janeiro à Dezembro de 2022

Órgão:

**Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA**

### Objetivo

A Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) integra a estrutura funcional da Controladoria Geral do Estado (CGE), sendo o órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Estadual.

As atribuições da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) estão previstas no Anexo I do Decreto nº 2.741/2019 que aprova o Regulamento da Controladoria Geral do Estado (CGE), – conforme segue:

**Decreto 2.741/2019 – Anexo I – Regulamenta a Controladoria Geral do Estado.**

- Art. 16.** São atribuições da Coordenadoria de Corregedoria - CCOR:
- I.- o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual;
  - II.- o planejamento, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual;
  - III.- a realização de inspeções, visitas e outras atividades correccionais junto às demais unidades do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual, propondo a adoção de providências ou a correção das falhas;
  - IV.- a investigação e análise de reclamações, representações, denúncias e quaisquer outras informações que noticiem irregularidades praticadas por agentes públicos e pessoas jurídicas, com a sugestão do encaminhamento devido;
  - V.- a adoção de medidas pertinentes, em caso de omissão ou retardamento de providências a cargo da autoridade responsável pela instauração de procedimentos administrativos;
  - VI.- a recomendação ao Controlador-Geral para que instaure ou determine a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares,

- investigações preliminares, procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, e demais procedimentos correccionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- VII.- a apuração, concorrentemente, da responsabilidade de agentes públicos por eventual infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo ou da função em que se encontre investido;
  - VIII.- a fiscalização e inspeção das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos, podendo ainda instaurar e conduzir procedimentos correccionais;
  - IX.- o recebimento, avaliação e processamento de representações fundamentadas sobre casos de irregularidades, desperdícios e demais ações administrativas lesivas ao interesse público;
  - X.- a instauração e julgamento, concorrentemente, dos procedimentos de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica;
  - XI.- a invocação de procedimentos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, realizando o exame de regularidade do procedimento, bem como recomendando a correção do seu andamento;
  - XII.- a participação, no âmbito de sua competência, de negociação, formalização e assinatura de acordos de leniência;
  - XIII.- o monitoramento dos acordos de leniência celebrados;
  - XIV.- a normatização com vista à uniformização de entendimentos institucionais da Coordenadoria de Corregedoria;
  - XV.- o desempenho de outras atividades correlatas.

Ainda realiza a orientação e a fiscalização do regular atendimento aos princípios constitucionais e ao ordenamento jurídico relativo à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos, bem como de pessoas jurídicas que incorram em irregularidades descritas na Lei Federal nº 12.846/2016, regulamentada no Estado do Paraná pelo Decreto nº 11.727/2022.

## Metodologia

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE), estão relacionadas, prioritariamente, à fiscalização dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná no que se refere a aspectos de ordem disciplinar, acompanhando desde a instauração até a conclusão dos processos de sindicância e dos processos administrativos disciplinares.

Faz-se importante enfatizar que a atuação da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR), ao acompanhar uma sindicância ou um processo administrativo disciplinar, limita-se a garantir a sua regularidade legal e formal; conformidade à legislação aplicável e princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, ampla defesa e contraditório, posto que esta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) não se manifesta quanto ao mérito dos fatos que originaram os procedimentos instaurados, exceto em situações específicas onde há clara contradição entre o que consta dos autos e sua conclusão.

São realizadas inspeções junto aos órgãos da seguinte forma:

- a) Remotas - acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos disciplinares publicados no Diário Oficial do Estado;
- a) À distância – análise dos relatórios encaminhados pelos órgãos/entidades, por força do Decreto nº 1.195/11, como fonte complementar à pesquisa no Diário Oficial do Estado, realizada periodicamente, corroborado pelo Ofício Circular nº 07/2022 – DG/GAB/CGE.
- b) Pontuais – análise de processos selecionados, mediante levantamento prévio, requisitados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR);
- c) *In loco* – análise, na sede dos órgãos/entidades, de processos selecionados e requisitados previamente.

## Achados

Considerando que cabe à Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE) a fiscalização dos órgãos do Poder Executivo, inclusive pertinente aos procedimentos disciplinares, alguns procedimentos podem ser avocados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) e outros encaminhados para Secretarias de Estado com recomendação de verificação mais detida dos aspectos de ordem formal e materiais.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL).

Não ocorreu intervenção ou recomendação desta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) à entidade.

No ano de 2022 no âmbito da APPA não foram instaurados processos administrativos disciplinares, de acordo com os dados encaminhados através do e-mail institucional.

Não foram realizadas intervenções ou recomendação a APPA no ano de 2022.

**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações da Coordenadoria  
de Transparência e Controle Social**

## **Coordenadoria de Transparência e Controle Social**

Relatório de Avaliação - Janeiro à Dezembro de 2022

Órgão:

**Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA**

### **Objetivo**

O presente relatório tem por finalidade o estabelecimento de diretrizes, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à transparência de dados e informações públicas do Poder Executivo Estadual, conforme previsto no Decreto Estadual 2.741/2019, que regulamenta a Controladoria Geral do Estado do Paraná - CGE, bem como defini a Gestão Estratégica do Sistema da Transparência e Controle Social.

O referido dispositivo também aduz consonância com as Leis nº 16.595/2010 (Lei Estadual da Transparência), 12.527/11 (Lei Federal de Acesso à Informação Pública), Lei 19.848/2019, além do Decreto Estadual nº 10.285/14 e demais atos correlacionados.

### **Metodologia**

O desenvolvimento do trabalho teve como base a análise dos dados de transparência disponibilizados nos sítios institucionais dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Estadual, bem como no sistema de tecnologia (Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias – SIGO) utilizado para a recepção, gerenciamento e atendimento dos pedidos formulados com fulcro na legislação de acesso a informações públicas por meio de cumprimento de prazos.

De posse das informações da entidade APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina) verificamos a observância aos requisitos de navegabilidade, usabilidade, acessibilidade, atualização, autenticidade, integridade e temporalidade das informações, conforme a atuação da Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o exercício de 2022, por meio da avaliação dos registros inseridas no seu Portal Institucional.

Esta avaliação faz parte do Plano de Trabalho da Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o ano de 2022, servindo de balizador e indicativo de ajustes aos Agentes de Transparência visando o monitoramento final de dezembro de 2022, que integrará a prestação de contas do respectivo órgão ou entidade para o exercício.

Cumpre-nos destacar que é necessária a atualização periódica da informação, bem como sua disponibilização integral, de maneira clara, precisa e amigável, possibilitando a extração em dados abertos e oportunidade de pesquisa.

Abaixo, elencamos os 23 (vinte e três) assuntos obrigatórios avaliados por esta coordenadoria, conforme determina a legislação que trata sobre o tema, bem como demais orientações da CGE, como por exemplo o plano de trabalho do Agente de Transparência:

- 01- Órgão/ entidade (Competências, Estrutura Organizacional, Endereço, Telefone, Horário Atendimento)
- 02.1- Relação de Servidores (Lista de Servidores Públicos do Paraná, com cargo e Local de Trabalho)
- 02.2- Remuneração dos servidores (Remuneração dos Servidores)
- 03.1- Patrimônio Imóvel (Proprietário, Ocupante, Categoria da Ocupação, Cessão de Uso, Doação)
- 03.2- Patrimônio Móvel (Bens móveis)
- 04.1- Programas (Programas Executados pelo Órgão/Entidade)
- 04.2- Projetos (Projetos desenvolvidos pelo Órgão/Entidade)
- 04.3- Ações (Ações realizadas pelo Órgão/Entidade)
- 04.4- Metas (Metas estipuladas pelo Órgão/ Entidade)



- 05- Repasses ou Transferências de recursos (Repasses ou Transferências de Recurso efetuadas ou recebidas pelo Órgão/Entidade)
- 06- Despesas (Fonte de Recursos, Elemento e Natureza Fonte de Recursos, Elemento e Natureza da Despesa, Orçamento, Empenho, Liquidação e Pagamento)
- 07- Atos (Leis, Decretos, Emendas, Resoluções, Portarias)
- 08- Licitações (Licitação, Modalidade, Edital, Objeto, Valores, Vencedor)
- 09- Contratos (Contrato, Licitação Vinculada, Fornecedor, Vigência, Valores)
- 10- Irregularidade nos contratos (Atos de Instauração e Decisões Finais das irregularidades no cumprimento das obrigações dos contratos)
- 11- Convênios (Convênios divididos por ano de celebração)
- 12- Despesas de viagens (Roteiro, Valores, Descrição, Relatório Técnico com detalhamento)
- 13- Pagamentos efetuados (Pagamentos Efetuados)
- 14- Perguntas frequentes (Principais perguntas e respostas referente ao Órgão/Entidade)
- 15- Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (nome, cargo, localização, contato, e-mail e horário de atendimento)
- 16- Prestação de contas (os três últimos exercícios)
- 17- Doações referente à Covid-19 (data, descrição e quantidade)
- 18- Pagamento de Jetons
- 19- Plano de trabalho do NICS (exercício 2022)
- 20- Rol de Informações Sigilosas
- 21- Extratos das contas
- 22- Operações financeiras
- 23- Cartões corporativos

## Achados – Transparência Passiva

<b>Atendimentos Recebidos</b>	16
<b>Atendimentos Respondidos Tempestivamente</b>	16
<b>Atendimentos Respondidos Intempestivamente</b>	0
<b>Atendimentos em andamento</b>	0

## Achados – Transparência Ativa

1	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/estrutura-organizacional/pages/pessoal/estruturaOrganizacional/exibir_estruturaOrganizacional?windowId=533">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/estrutura-organizacional/pages/pessoal/estruturaOrganizacional/exibir_estruturaOrganizacional?windowId=533</a>
2	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/relacao-servidores?windowId=c74">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/relacao-servidores?windowId=c74</a>
	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/servidores/poderexecutivo/remuneracao?windowId=fe2">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/servidores/poderexecutivo/remuneracao?windowId=fe2</a>
3	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/119?origem=3&amp;portalInstitucional=APPA">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/119?origem=3&amp;portalInstitucional=APPA</a>
	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/119?origem=3&amp;portalInstitucional=APPA">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/119?origem=3&amp;portalInstitucional=APPA</a>
4	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente</a>
	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente/Pagina/Porto-Escola">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente/Pagina/Porto-Escola</a>
	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Videos-Ambientais">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Videos-Ambientais</a>
	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Orgulho-de-ser-Portos-do-Parana">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Orgulho-de-ser-Portos-do-Parana</a>
5	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios</a>
6	Empresa utiliza recursos próprios para despesas gerais, não utilizando nenhum recurso público.
7	<a href="https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&amp;tipoAto=14&amp;orgaoUnidade=7731&amp;retiraLista=true&amp;site=1">https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&amp;tipoAto=14&amp;orgaoUnidade=7731&amp;retiraLista=true&amp;site=1</a>
8	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes</a>
9	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/contratos?windowId=720">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/contratos?windowId=720</a>
10	<a href="http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=98f">http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=98f</a>
11	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Convenios-e-acordos">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Convenios-e-acordos</a>
12	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Despesas-de-Viagens">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Despesas-de-Viagens</a>
13	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios</a>
14	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/FAQ-Perguntas-Frequentes">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/FAQ-Perguntas-Frequentes</a>
15	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Encarregado-pelo-Tratamento-de-Dados-Pessoais">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Encarregado-pelo-Tratamento-de-Dados-Pessoais</a>

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ÓRGÃO/ENTIDADES  
EXERCÍCIO 2022

16	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Controle-Interno">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Controle-Interno</a>
17	A APPA não recebeu doações referente à COVID-19.
18	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Remuneracao-dos-Conselheiros">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Remuneracao-dos-Conselheiros</a>
19	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-trabalho-exercicio-2022">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-trabalho-exercicio-2022</a>
20	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Classificacao-de-Documentos">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Classificacao-de-Documentos</a>
21	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Extratos-Bancarios">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Extratos-Bancarios</a>
22	<a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Demonstracoes-Financeiras">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Demonstracoes-Financeiras</a>
23	Informamos que desde de 2020 a Empresa Pública Portos do Paraná não utiliza cartão corporativo.

13. 013 - Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
**CNPJ nº 79.621.439/0001-91****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Administradores e aos Conselheiros da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA  
Paranaguá – PR

**Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada como “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva****Depósitos Judiciais**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09, em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui o saldo de R\$ 69.550 mil, à título de Depósitos Judiciais registrado no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não nos foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

**Teste de Impairment – Imobilizado e Intangível**

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Entidade apresenta ativo Imobilizado e Intangível no montante de R\$ 598.661 mil, em 31 de dezembro de 2022 utilizado no curso normal de suas operações. No entanto, a Entidade não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade - *Impairment*, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, como também, não avaliou a vida útil econômica estimada desses bens e nem revisou as taxas de depreciação e amortização, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esses procedimentos tivessem sido aplicados.

**Passivos Contingentes**

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía o saldo de R\$ 176.654, a título de Provisões Judiciais, registrado no Passivo Não Circulante. Esse saldo refere-se a discussões judiciais em que a Entidade está envolvida. A documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis não foi apresentada. Consequentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Outros Assuntos****Valores correspondentes do período anterior**

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos o relatório em 17 de março de 2022, contendo ressalva sobre Depósitos Judiciais, Teste de *Impairment* – Imobilizado e Intangível e Passivos Contingentes similares aos parágrafos de ressalva acima, e sobre Obrigações Fiscais e Previdenciárias que foi regularizada no decorrer do exercício de 2022.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

**Barueri, 24 de março de 2023.****RUSSELL BEDFORD GM**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S****2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP**  
**Roger Maciel de Oliveira****Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP**  
**Sócio Responsável Técnico**

Balanças Patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	2022	2021	Δ%	PASSIVO	NE	2022	2021	Δ%
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	04	210.416	220.363	-5%	Fornecedores		19.611	33.831	-42%
Contas a receber	05	20.019	7.852	155%	Obrigações Trabalhistas	12	14.885	13.853	7%
Impostos a recuperar	06	41.734	37.232	12%	Obrigações Fiscais	13	9.274	10.408	-11%
Estoques	07	15.888	13.544	17%	Adiantamentos de clientes	14	10.561	11.346	-7%
Despesas de exercícios seguintes		602	430	40%					
Adiantamentos a empregados	08	1.194	942	27%					
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>289.853</b>	<b>280.363</b>	<b>3%</b>	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>54.331</b>	<b>69.438</b>	<b>-22%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	155.138	143.462	8%	Impostos, taxas e contribuições	13	354.405	298.737	19%
Depósitos Judiciais Tributos	09	378.225	315.967	20%	Provisões contingenciais	15	176.654	443.643	-60%
Outros Créditos	10	3.478	2.420	44%					
		<b>536.841</b>	<b>461.849</b>	<b>16%</b>	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>531.059</b>	<b>742.380</b>	<b>-28%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	11	595.933	597.489	0%	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>INTANGÍVEL</b>	11	2.728	2.164	26%	Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
		<b>598.661</b>	<b>599.653</b>	<b>0%</b>	Prejuízos acumulados	16	(246.479)	(556.397)	-56%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.135.502</b>	<b>1.061.502</b>	<b>7%</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>839.965</b>	<b>530.047</b>	<b>58%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.425.355</b>	<b>1.341.865</b>	<b>6%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.425.355</b>	<b>1.341.865</b>	<b>6%</b>

\*\*\* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos 31.12.2020</b>	1.086.444	(914)	(581.397)	504.133
Resultado Líquido do Período	-	-	25.476	25.476
Ajuste de avaliação patrimonial	-	914	-	914
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(476)	(476)
<b>Saldos 31.12.2021</b>	1.086.444	-	(556.397)	530.047
Resultado Líquido do Período	-	-	313.199	313.199
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(3.281)	(3.281)
<b>Saldos 31.12.2022</b>	1.086.444	-	(246.479)	839.965

\*\*\* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO TRIMESTRE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	NE	2022	2021	Δ%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>17</b>	<b>484.558</b>	<b>453.118</b>	<b>7%</b>
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem		10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre		75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem		4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos		33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados		3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento		170.982	136.379	25%
Receitas Complementares		1.223	985	24%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		<b>(50.549)</b>	<b>(43.831)</b>	<b>15%</b>
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(44.443)	(41.747)	6%
(-) Faturas Canceladas		(6.106)	(2.084)	193%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>17</b>	<b>434.009</b>	<b>409.286</b>	<b>6%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>18</b>	<b>(218.729)</b>	<b>(168.523)</b>	<b>30%</b>
Custos Infraestrutura Marítima		(71.815)	(37.770)	90%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(7.206)	(12.538)	-43%
Custos Infraestrutura Terrestre		(8.209)	(4.404)	86%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(3.606)	(6.260)	-42%
Custos Indiretos		(127.893)	(107.551)	19%
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>215.280</b>	<b>240.763</b>	<b>-11%</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>19</b>	<b>79.133</b>	<b>(222.496)</b>	<b>-136%</b>
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas com Pessoal		(52.435)	(48.426)	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(43.989)	(48.624)	-10%
Despesas Gerais		(23.598)	(24.679)	-4%
Depreciação do imobilizado		(36.783)	(35.669)	3%
Amortização do intangível		(209)	(1.719)	-88%
		<b>(157.014)</b>	<b>(159.117)</b>	<b>-1%</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>19</b>			
Despesas PCLD		(29.229)	(28.542)	2%
Outras despesas operacionais		(5.858)	(35.097)	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		271.234	260	104221%
		<b>236.147</b>	<b>(63.379)</b>	<b>-473%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO</b>		<b>294.413</b>	<b>18.267</b>	<b>1512%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>20</b>	<b>35.917</b>	<b>14.101</b>	<b>155%</b>
Receitas financeiras		35.959	14.759	144%
(-) Despesas financeiras		(42)	(658)	-94%
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>330.330</b>	<b>32.367</b>	<b>921%</b>
Tributos Correntes		(17.131)	(6.891)	149%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>16</b>	<b>313.199</b>	<b>25.476</b>	<b>1129%</b>

\*\*\* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
<b>Resultado do exercício</b>	<b>313.199</b>	<b>25.476</b>
Outros resultados abrangentes	(3.281)	(476)
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>309.918</b>	<b>25.000</b>

\*\*\* As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(MÉTODO INDIRETO)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixas das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>313.199</b>	<b>25.476</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro</b>	<b>(233.278)</b>	<b>34.072</b>
Depreciações/amortizações	36.992	37.388
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(266.989)	(2.840)
Ajuste de exercícios anteriores	(3.281)	(476)
<b>Aumento (redução) dos ativos</b>	<b>(94.429)</b>	<b>(39.339)</b>
Contas a receber de clientes	(12.167)	(321)
Estoques	(2.344)	(1.472)
Tributos a recuperar	(4.502)	1.062
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(172)	275
Depósitos judiciais	(11.676)	6.906
Demais créditos	(63.568)	(45.789)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	<b>40.561</b>	<b>61.981</b>
Fornecedores	(14.220)	24.442
Obrigações sociais e trabalhistas	1.032	75.564
Impostos e contribuições a recolher	54.534	(39.210)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(785)	1.185
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>26.053</b>	<b>82.190</b>
<b>Fluxos de caixas das atividades de investimentos</b>		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(36.067)	(82.035)
Baixa do imobilizado e intangível	67	-
<b>Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos</b>	<b>(36.000)</b>	<b>(82.035)</b>
<b>Fluxos de caixas das atividades de financiamentos</b>		
<b>Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(658)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.947)</b>	<b>(503)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>220.363</b>	<b>220.866</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>210.416</b>	<b>220.363</b>

\*\*\*AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

## 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffê (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com graneis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

## 2 – BASE DE PREPARAÇÃO

## 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

## 2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

## 2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

## 2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- Valor justo de instrumentos financeiros; e
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

## 2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 30 de janeiro de 2022.

## 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras

## a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

## b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

## c. Ativos circulante e não circulante

## - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

## - Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

## - Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

## - Imobilizado

## Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

## Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum

benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do quarto trimestre de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

## - Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

## d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

## - Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

## - Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## - Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

## e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2022.

## 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	20.764	15.584
Bancos conta vinculada (i)	1.392	1.086
Aplicações financeiras (ii)	273.848	294.890
Aplicações financeiras (iii)	(85.588)	(91.197)
<b>Total</b>	<b>210.416</b>	<b>220.363</b>

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:



Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 31/12/2022	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	14	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	339	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	102	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	16	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	31	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	89	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	213	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	225	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	191	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	20	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	125	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	11	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
<b>TOTAL</b>		<b>1.392</b>			

(i) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(ii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil - Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

#### 05 - CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.019 (R\$7.852 em 31 de dezembro de 2021). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2022	2021
A vencer	15.660	2.451
Vencidos até 30 dias	57	1.597
Vencidos de 30 a 180 dias	348	207
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.954	3.597
<b>Total</b>	<b>20.019</b>	<b>7.852</b>
Parcela do circulante	20.019	7.852
Parcela do não circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>20.019</b>	<b>7.852</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósito judicial - processo 1749/07 (ii)	300.376	271.147
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(300.376)	(271.147)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.187
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	719
<b>Total</b>	<b>3.954</b>

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007 (hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante - créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado - TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada ineditável para fins de apuração de tributos - IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

#### 06 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	30.559	27.246
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.994	9.806
Programa de Integração Social - PIS	32	31
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social - COFINS	149	149
<b>Total</b>	<b>41.734</b>	<b>37.232</b>

#### 07 - ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS - Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão - Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.888 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544.

#### 08 - ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	2022	2021
13º salário	-	-
Férias	1.194	933
Adiantamento de passagens	-	9
<b>Total</b>	<b>1.194</b>	<b>942</b>

#### 09 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas (i)	50.318	33.058
Tributos (ii)	378.225	315.967
Cíveis	19.232	19.207
Outros (iii)	85.588	91.197
<b>Total</b>	<b>533.363</b>	<b>459.428</b>

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$85.588 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 91.197 para 31 de dezembro de 2021 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

#### Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2022	2021
Trabalhistas	2.784	18.108
Cíveis	82.804	73.089
<b>Total</b>	<b>85.588</b>	<b>91.197</b>

#### 10 – OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Convênio 54/2018 FUNESPAR	1.235	666
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPAR	65	-
Provisão de IRRF sobre aplicações	861	437
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
<b>Total</b>	<b>3.478</b>	<b>2.420</b>

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

#### 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

##### a) Imobilizado

BEM	Veículos	Terrenos	Edificações Bens Imóveis	Construções	Máquinas Aparelhos Equip.	Móveis Utensílios	Equip. de Informática Tecnologia	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total	
<b>31 de dezembro de 2020</b>	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791	64.986	22	74	568.587
Aquisições	-	-	-	-	273	318	1.308	137	-	66.009	68.045
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)	-	-	-	(1.273)
Depreciação	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)	(9.401)	(3)	-	(36.742)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-	-	-	(237)	-
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71	-	-	-	1.270
Ajuste Contábil	-	-	-	-	798	-	-	-	-	(3.196)	(2.398)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	474	3.301	-	-	31.459	35.294
Baixas	(2.374)	-	-	(337)	(151)	-	-	-	-	-	(2.862)
Depreciação	-	-	(8.120)	(3.346)	(14.660)	(297)	(955)	(9.402)	(3)	-	(36.783)
Transferência	-	-	39.305	-	-	-	-	-	-	(39.305)	-
Baixa Deprec. Acum.	2.374	-	-	283	138	-	-	-	-	-	2.795
Ajuste Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	-	135.254	182.622	29.016	142.202	6	3.773	46.320	16	54.804	595.933

No exercício findo em 31 de dezembro do 2022, as principais movimentações ocorridas no patrimônio, ocorreram principalmente na conta de Obras em Andamento devido a investimentos realizados na infraestrutura marítima (Derrocagem da Palangana e Dragagem na área dos Dolphins de atracação) e na estrutura do cais (Recuperação do Pier de Inflamáveis), além de adequação da infraestrutura de segurança (ISPS-Code).

##### b) Intangível

ESPÉCIE DE BEM	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
<b>31 de dezembro de 2020</b>	1.726	83	1.809
Aquisições	428	1.646	2.074
Baixas	-	-	-
Amortização	(1.719)	-	(1.719)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2021</b>	435	1.729	2.164
Aquisições	-	773	773
Baixas	-	-	-
Amortização	(209)	-	(209)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>226</b>	<b>2.502</b>	<b>2.728</b>

#### 12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Ordenados a pagar	2.905	2.733
Provisão para Férias	11.588	10.823
Provisão para 13º Salário	-	-
Consignações folha	244	197
Pensões a pagar	148	100
<b>Total</b>	<b>14.885</b>	<b>13.853</b>

#### 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2022	2021
<b>Encargos da Folha</b>	<b>4.856</b>	<b>5.776</b>
Contribuição Previdenciária - INSS	1.647	2.725
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	721	901
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.488	2.150
<b>Contribuições sobre o Faturamento</b>	<b>230.515</b>	<b>193.403</b>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	189.736	159.180
Programa de Integração Social - PIS	40.779	34.223
<b>Impostos e Contribuições sobre Resultados</b>	<b>126.966</b>	<b>105.333</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33.520	27.789
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	93.446	77.544
<b>Encargos Retidos de Fornecedores</b>	<b>1.342</b>	<b>4.633</b>
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	467	1.119
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	(40)	330
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	745	2.011
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	170	1.173
<b>Parcelamento INSS/SEFA-PR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>363.679</b>	<b>309.145</b>

Parcela do Circulante  
Parcela do Não Circulante

**14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2022 o valor desta conta é de R\$10.561 e de R\$11.346 em 31 de dezembro de 2021.

**15 – PROVISÕES JUDICIAIS**

	2022	2021
Trabalhistas	119.069	119.069
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	-	269.052
Precatórios (i)	29.436	27.373
<b>Total</b>	<b>176.654</b>	<b>443.643</b>
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	176.654	443.643

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

Após autorização do Conselho de Administração em sua 101ª Reunião Ordinária a reclassificação de PROVÁVEL para POSSÍVEL, dos processos que ainda constam em processo administrativo e que podem ainda ter seus valores a pagar questionados em âmbito judicial.

**16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

**b) Resultado do período**

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro de 313,199 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2021 a Companhia registrou um lucro contábil de 25,476 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 330,914 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 366,001 milhões.

	2022	2021
EBITDA	330.914	55.655
EBITDA Ajustado	366.001	119.294
Margem EBITDA	76%	14%
Margem EBITDA Ajustado	84%	29%

**c) Prejuízos acumulados**

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2022 é de R\$246.479 e de R\$556.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

**d) Ajuste de Exercícios Anteriores**

A ocorrência deste fato deu-se após apuração e levantamento de pendências ressaltadas na auditoria do exercício de 2021, sendo realizadas desta maneira readequações de ESTOQUE/ALMOXARIFADO, conforme reunião com os responsáveis da Coordenadoria de Materiais e Contabilidade na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Destaca-se que as informações apontadas na tabela abaixo foram reclassificadas pela natureza de origem da despesa, como também, revisão de Entradas e Saídas não constatadas nos controles auxiliares em razão do volume de recebimentos/entregas de materiais ocorridas fora do Almoarifado Central, sendo consequentemente ajustadas as movimentações pertinentes no Sistema GMS (estoque) e Sistema Sênior (Contabilidade).

Conta: 100370 - 1.01.04.01.01 - Estoque / Almoarifado			
Data	Histórico	Valor	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 2001 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	52.559,90	Valor de ICMS do produto não lançado no GMS
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 2262 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA cf. posição do Sistema GMS.	1.417.354,30	Entrada de Produtos no GMS não realizada no período
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 24991 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	674.887,50	ÓLEO MINERAL - Abastecimento direto do reservatório do Silo Público
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 26127 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	676.462,50	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 30340 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	7.210,50	TECLADO E MOUSE - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 33795 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	131,10	TECLADO E MOUSE, mais VALOR DE IPI - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 331 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	70.466,04	Prestação de serviços com fornecimento de materiais sob demanda de infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede telefônica com fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados, compreendendo instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade.
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 339 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	178.177,85	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 342 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	472.243,54	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 344 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	536.144,09	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 354 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	520.951,25	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 533511 de ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	23.076,47	Valor referente Reajuste Contratual (complemento de Preço e ICMS) - NF sem Item
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 593 de LOCMAQ LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	198.990,00	TIRAS DE BORRACHA - Substituição em correias transportadoras
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 801 de DUE FRATELLI INF. E COM. VAREJISTA LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	16.932,00	Materiais do Patrimônio (RACK e NOBREAK) inseridos no Estoque/Almoarifado
<b>TOTAL</b>		<b>4.845.587,04</b>	
31/05/2022	Valor ref. Reversão de reajuste de lançamento NF 2262 da empresa COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA, cf. relatório de Entradas GMS.	-1.417.354,30	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 326 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	-36.163,68	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoarifado NF 329 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cf. posição do Sistema GMS.	-108.491,04	
<b>TOTAL</b>		<b>3.283.557,36</b>	

## 17 – RECEITA OPERACIONAL

	2022	2021	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem	10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre	75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem	4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos	33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados	3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento	170.982	136.379	25%
Receitas Complementares	1.223	985	24%
	<b>484.558</b>	<b>453.118</b>	<b>7%</b>
(-) Deduções da receita	(50.549)	(43.832)	15%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>434.009</b>	<b>409.286</b>	<b>6%</b>

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

## 18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2022	2021	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	71.815	37.770	90%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	7.206	12.538	-43%
Custos da Infraestrutura Terrestre	8.209	4.404	86%
Custos Diversos Padronizados	3.606	6.260	-42%
Custos Indiretos	127.893	107.551	19%
<b>Total</b>	<b>218.729</b>	<b>168.523</b>	<b>30%</b>

## 19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2022	2021	Δ%
Despesas com Pessoal Adm.	52.435	48.426	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades	43.989	48.624	-10%
Despesas Gerais	23.598	24.679	-4%
Depreciação do imobilizado	36.783	35.669	3%
Depreciação do Intangível	209	1.719	-88%
<b>Total</b>	<b>157.014</b>	<b>159.117</b>	<b>-1%</b>

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	2022	2021	Δ%
Despesas PCLD (i)	29.229	28.542	2%
Outras Despesas Operacionais (ii)	5.858	35.097	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes (iii)	(271.234)	(260)	104221%
<b>Total</b>	<b>(236.147)</b>	<b>63.379</b>	<b>-473%</b>

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (iii) O lançamento da reversão das provisões judiciais após a reclassificação jurídica de provável para possível, teve reflexo na linha Outras Receitas (sem impacto fiscal na apuração do LALUR, pois a despesa realizada quando do lançamento da provisão não foi dedutível).

## 20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
<b>Receita financeira</b>		
Juros recebidos ou auferidos	128	113
Rendimento de aplicação financeira	35.831	14.646
Descontos obtidos	-	-
<b>Total</b>	<b>35.959</b>	<b>14.759</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros pagos	(2)	(620)
Tarifas bancárias	(40)	(38)
<b>Total</b>	<b>(42)</b>	<b>(658)</b>
Variação Cambial Líquida	-	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>35.917</b>	<b>14.101</b>

## 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

## a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras. Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	2022
Caixa e equivalente de caixa	210.416
Contas a receber	20.019
<b>Total</b>	<b>230.435</b>

## b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

## c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio



econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

#### d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

## 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

#### Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2022	2021
Copel Distribuição S.A.	444	728
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.127	1.215
Copel Comercialização S.A.	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.571</b>	<b>1.943</b>

#### REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	2022	2021
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
<b>Total</b>	<b>67.473,02</b>	<b>67.473,02</b>

#### QUANTIDADE DE MEMBROS

	2022	2021
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	2	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	2	3
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	4	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>21</b>

## 23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2022 a 14 de abril de 2023.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2022	2021
Riscos operacionais	135.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro Garantia	86.444	-

## 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2023.

Rodrigo Neris Cavalcanti  
 CRC PR-066466/O-9  
 Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva  
 Diretor-Presidente

### ANEXO I DA ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 31 de março de 2023.

MARIO POVIA  
 Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO BUENO DE CASTRO  
 Membro Titular

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA  
 Membro Titular

NILSON HANKE CAMARGO  
 Membro Titular

GIOVANI DA SILVA FERREIRA  
 Membro Titular

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA  
 Diretor Presidente da APPA

CARLOS EIDAM DE ASSIS  
 Membro Titular

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA  
 Membro Titular

WELBY PEREIRA SALES  
 Membro Titular

### ANEXO II DA ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado a Proposta de Destinação do Resultado da Administração da APPA relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 31 de março de 2023.

MARIO POVIA  
 Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO BUENO DE CASTRO  
 Membro Titular

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA  
 Membro Titular

NILSON HANKE CAMARGO  
 Membro Titular

GIOVANI DA SILVA FERREIRA  
 Membro Titular

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA  
 Diretor Presidente da APPA

CARLOS EIDAM DE ASSIS  
 Membro Titular

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA  
 Membro Titular

WELBY PEREIRA SALES  
 Membro Titular



# ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório do Auditor Independente sobre as  
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**

**Administradores e aos Conselheiros da  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA  
Paranaguá – PR**

### **Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada como “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

#### **Depósitos Judiciais**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09, em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui o saldo de R\$ 69.550 mil, a título de Depósitos Judiciais, registrado no Ativo Não Circulante, referente a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não nos foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.



## Teste de *Impairment* – Imobilizado e Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Entidade apresenta ativo Imobilizado e Intangível no montante de R\$ 598.661 mil, em 31 de dezembro de 2022 utilizado no curso normal de suas operações. No entanto, a Entidade não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade - *Impairment*, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, como também não avaliou a vida útil econômica estimada desses bens e nem revisou as taxas de depreciação e amortização, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esses procedimentos tivessem sido aplicados.

## Passivos Contingentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía o saldo de R\$ 176.654, a título de Provisões Judiciais, registrado no Passivo Não Circulante. Esse saldo é referente a discussões judiciais em que a Entidade está envolvida. A documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis não foi apresentada. Consequentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Outros Assuntos

### Valores correspondentes do período anterior

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos o relatório em 17 de março de 2022, contendo ressalva sobre Depósitos Judiciais, Teste de *Impairment* – Imobilizado e Intangível e Passivos Contingentes similares aos parágrafos de ressalva acima, e sobre Obrigações Fiscais e Previdenciárias que foi regularizada no decorrer do exercício de 2022.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL  
DE  
OLIVEIRA:902384  
35091

Assinado de forma digital  
por ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2023.03.28  
18:59:11 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

15. 015 - Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e de Ad)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA  
CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

**ANEXO I DA ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 31 de março de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE

**MARIO POVIA**

Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE

**FERNANDO BUENO DE CASTRO**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**NILSON HANKE CAMARGO**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**GIOVANI DA SILVA FERREIRA**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Diretor Presidente da APPA

ASSINADO DIGITALMENTE

**CARLOS EIDAM DE ASSIS**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**LEANDRO PAZZETTO ARRUDA**

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

**WELBY PEREIRA SALES**

Membro Titular

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420 1143

COMUNICAÇÃO INTERNA 2083/2023. Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Moura de Oliveira (XXX.088.479-XX)** em 01/04/2023 14:23, **Fernando Bueno de Castro (XXX.606.319-XX)** em 03/04/2023 08:44 Local: APPA/CONSAD, **Giovani da Silva Ferreira (XXX.340.169-XX)** em 03/04/2023 14:31 Local: APPA/CONSAD, **Ten. Cel. Qopm Welby Pereira Sales (XXX.616.919-XX)** em 04/04/2023 08:57 Local: APPA/CONSAD. Assinatura Simples realizada por: **Mário Povia (XXX.473.918-XX)** em 01/04/2023 15:35, **Leandro Pazzetto Arruda (XXX.762.009-XX)** em 01/04/2023 16:11 Local: APPA/CONSAD, **Nilson Hanke Camargo (XXX.870.989-XX)** em 01/04/2023 20:39 Local: APPA/CONSAD, **Luiz Fernando Garcia da Silva (XXX.602.648-XX)** em 03/04/2023 08:37 Local: APPA/DPR, **Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX)** em 03/04/2023 16:17. Inserido ao documento 514.446 por: **Cezar Tramuja Neto** em: 01/04/2023 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **7aa80ffb3ae5b8c829fbf8abf7435d6**.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**ANEXO I DA ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração da APPA relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aprovou, por unanimidade, a referida proposição. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 30 de março de 2023.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Matheus Pereira de Faria**  
Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Luiz Nicácio**  
Vice-Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE

**Gilberto Calixto**  
Membro Titular

16. 016 - Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro.p7s)



## Balancete Mensal

Página: 1

Período: 12/2022

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	100.000	ATIVO	1.419.409.815,52D	155.996.234,97	150.051.198,34	1.425.354.852,15D
1.01	100.005	ATIVO CIRCULANTE	288.282.836,86D	141.094.494,99	139.524.907,47	289.852.424,38D
1.01.01	100.010	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	208.339.358,28D	102.663.542,18	100.586.498,44	210.416.402,02D
1.01.01.01	100.015	CAIXA	22.300.437,38D	99.576.836,14	99.721.504,98	22.155.768,54D
1.01.01.01.03	100.050	BANCO CONTA MOVIMENTO	20.920.667,14D	99.564.571,00	99.721.504,98	20.763.733,16D
1.01.01.01.03.02	100.060	BB - Contencioso Trabalhista 5336-8	526.535,04D	73.094,65	553.006,28	46.623,41D
1.01.01.01.03.08	100.090	BB - Folha Pagto 67094-4	869,54D	7.418.410,53	7.418.410,53	869,54D
1.01.01.01.03.09	100.095	BB - Faturamento 67091-X/28000-3	48,99D	12.956.994,47	11.183.991,07	1.773.052,39D
1.01.01.01.03.10	100.100	BB - Movimento 67383-8	130.008,36D	23.071.279,25	21.408.575,47	1.792.712,14D
1.01.01.01.03.11	100.105	BB - Caução 67092-8	48,99D	12.567.013,83	5.880.126,58	6.686.936,24D
1.01.01.01.03.17	100.135	CEF - Movimento	13.306.311,95D	22.136.906,17	26.903.678,05	8.539.540,07D
1.01.01.01.03.20	100.150	CEF - Folha de Pagto 5656-1/905656-7	1.722,79D	191.751,71	192.042,20	1.432,30D
1.01.01.01.03.21	100.155	CEF - Faturamento 5657-0/905657-7	1.921.248,77D	19.409.972,30	19.587.336,44	1.743.884,63D
1.01.01.01.03.22	100.160	CEF - Caução 5658-8/905658-3	5.033.872,71D	1.556.570,75	6.590.443,46	0,00
1.01.01.01.03.24	100.170	CEF - Créditos Especificos 5760-6	0,00	182.577,34	3.894,90	178.682,44D
1.01.01.01.04	100.175	CONTAS BANCÁRIAS VINCULADAS	1.379.770,24D	12.265,14	0,00	1.392.035,38D
1.01.01.01.04.01	100.180	Vinculada	1.379.770,24D	12.265,14	0,00	1.392.035,38D
1.01.01.02	100.210	EQUIVALENTES DE CAIXA	186.038.920,90D	3.086.706,04	864.993,46	188.260.633,48D
1.01.01.02.01	100.215	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - PAÍS	186.038.920,90D	3.086.706,04	864.993,46	188.260.633,48D
1.01.01.02.01.03	100.230	Aplicação BB - Fundo Exclusivo	210.339.435,67D	2.407.259,17	0,00	212.746.694,84D
1.01.01.02.01.04	100.235	Aplicação CEF - CDB	24.636.455,56D	284.498,40	42.674,76	24.878.279,20D
1.01.01.02.01.06	100.245	Aplicação CEF - Fundo Exclusivo	30.528.861,13D	332.781,08	0,00	30.861.642,21D
1.01.01.02.01.07	100.250	(-) Redutora Aplicação BB - Fundo Exclusivo - Bloqueio Judicial	84.765.363,66C	0,00	822.318,70	85.587.682,36C
1.01.01.02.01.08	100.255	Aplicação CEF - Fundo Imob. ANTAQ	5.299.532,20D	62.167,39	0,00	5.361.699,59D
1.01.03	100.300	CONTAS A RECEBER	20.851.530,65D	32.099.670,85	32.932.348,18	20.018.853,32D
1.01.03.02	100.315	CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS	20.851.530,65D	32.099.670,85	32.932.348,18	20.018.853,32D
1.01.03.02.01	100.320	CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS COMERCIAIS	20.851.530,65D	32.099.670,85	32.932.348,18	20.018.853,32D
1.01.03.02.01.01	100.325	Cientes a Receber	20.851.530,65D	32.099.670,85	32.932.348,18	20.018.853,32D
1.01.04	100.360	ESTOQUES	14.546.788,25D	2.368.923,29	1.027.775,29	15.887.936,25D
1.01.04.01	100.365	ESTOQUES	14.546.788,25D	2.368.923,29	1.027.775,29	15.887.936,25D
1.01.04.01.01	100.370	Estoque/Almoxarifado	14.546.788,25D	2.368.923,29	1.027.775,29	15.887.936,25D
1.01.05	100.400	TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR	41.133.170,85D	777.577,47	176.702,68	41.734.045,64D
1.01.05.01	100.405	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40.951.995,23D	600.874,79	0,00	41.552.870,02D
1.01.05.01.02	100.415	Contribuição Social – CSLL	10.836.177,76D	157.466,86	0,00	10.993.644,62D
1.01.05.01.03	100.420	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	30.115.817,47D	443.407,93	0,00	30.559.225,40D
1.01.05.03	100.485	TRIBUTOS SOBRE COMPRAS E SERVIÇOS A RECUPERAR	181.175,62D	176.702,68	176.702,68	181.175,62D
1.01.05.03.01	100.490	PIS a Recuperar	32.335,66D	31.519,94	31.519,94	32.335,66D
1.01.05.03.02	100.495	COFINS a Recuperar	148.839,96D	145.182,74	145.182,74	148.839,96D
1.01.06	100.525	DESPEAS ANTECIPADAS	848.707,16D	0,00	247.838,37	600.868,79D
1.01.06.01	100.530	DESPEAS ANTECIPADAS	848.707,16D	0,00	247.838,37	600.868,79D
1.01.06.01.01	100.535	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	848.707,16D	0,00	247.838,37	600.868,79D
1.01.06.01.01.02	100.545	Seguros Veiculos	6.633,20D	0,00	1.534,54	5.098,66D
1.01.06.01.01.04	100.555	Seguro Comp. Operador Portuário	411.811,76D	0,00	205.766,16	206.045,60D
1.01.06.01.01.05	100.560	Seguro de Responsabilidade Civil	20.917,64D	0,00	11.376,25	9.541,39D
1.01.06.01.01.06	100.561	Seguro Garantia	409.344,56D	0,00	29.161,42	380.183,14D
1.01.07	100.605	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	2.563.281,67D	3.184.781,20	4.553.744,51	1.194.318,36D
1.01.07.01	100.610	ADIANTAMENTOS	2.563.281,67D	2.540.322,29	3.909.285,60	1.194.318,36D
1.01.07.01.04	100.635	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	2.561.657,68D	2.540.322,29	3.909.285,60	1.192.694,37D
1.01.07.01.04.01	100.640	Adiantamentos Salários	0,00	1.017.684,47	1.017.684,47	0,00
1.01.07.01.04.02	100.645	Adiantamento 13º Salário	2.317.229,18D	0,00	2.317.229,18	0,00
1.01.07.01.04.03	100.650	Adiantamento Férias	234.927,30D	1.522.637,82	564.870,75	1.192.694,37D

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 2

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.01.07.01.04.04	100.655	Adiantamento para Viagens	9.501,20D	0,00	9.501,20	0,00
1.01.07.01.99	100.680	OUTROS ADIANTAMENTOS	1.623,99D	0,00	0,00	1.623,99D
1.01.07.01.99.02	100.690	Outros Créditos	1.623,99D	0,00	0,00	1.623,99D
1.01.07.99	102.925	CONTAS TRANSITORIAS	0,00	644.458,91	644.458,91	0,00
1.01.07.99.01	102.930	Conta Transitória	0,00	644.458,91	644.458,91	0,00
1.02	100.780	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.131.126.978,66D	14.901.739,98	10.526.290,87	1.135.502.427,77D
1.02.01	100.785	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	530.221.466,49D	8.384.873,93	1.765.002,98	536.841.337,44D
1.02.01.09	100.925	DEPÓSITOS JUDICIAIS	151.630.391,00D	3.563.968,55	56.569,19	155.137.790,36D
1.02.01.09.01	100.930	TRABALHISTAS – RECURSAIS	47.632.937,34D	2.741.649,85	56.569,19	50.318.018,00D
1.02.01.09.01.01	100.935	Trabalhistas	47.632.937,34D	2.741.649,85	56.569,19	50.318.018,00D
1.02.01.09.03	100.945	CÍVEL	103.997.453,66D	822.318,70	0,00	104.819.772,36D
1.02.01.09.03.01	100.950	Cíveis	19.232.090,00D	0,00	0,00	19.232.090,00D
1.02.01.09.03.04	100.965	Bloqueio Judicial - Aplicação BB - Fundo Exclusivo	84.765.363,66D	822.318,70	0,00	85.587.682,36D
1.02.01.10	100.970	DEPÓSITOS JUDICIAIS TRIBUTÁVEIS	374.951.736,88D	3.273.682,16	0,00	378.225.419,04D
1.02.01.10.01	100.975	PIS e COFINS Não Cumulativo Judicial	224.231.822,52D	3.207.838,72	0,00	227.439.661,24D
1.02.01.10.03	100.985	Imposto de Renda - IRPJ	93.446.018,45D	0,00	0,00	93.446.018,45D
1.02.01.10.04	100.990	Contribuição Social - CSLL	33.519.746,54D	0,00	0,00	33.519.746,54D
1.02.01.10.07	101.005	Imposto de Renda Retido na Fonte	23.754.149,37D	65.843,44	0,00	23.819.992,81D
1.02.01.99	101.035	OUTROS	3.639.338,61D	1.547.223,22	1.708.433,79	3.478.128,04D
1.02.01.99.01	101.040	CONVÊNIOS E PROJETOS	1.503.921,82D	14.916,29	218.801,62	1.300.036,49D
1.02.01.99.01.01	101.045	Convênio 54/2018 APPA-Funespar	1.372.019,27D	12.569,18	149.840,86	1.234.747,59D
1.02.01.99.01.02	101.046	Convênio 021/2022 APPA-Funpar	131.902,55D	2.347,11	68.960,76	65.288,90D
1.02.01.99.02	101.050	CLIENTES A RECEBER	0,00	1.489.632,17	1.489.632,17	0,00
1.02.01.99.02.01	101.055	Cientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	298.886.625,66D	1.489.632,17	0,00	300.376.257,83D
1.02.01.99.02.02	101.060	(-) PCLD Clientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	298.886.625,66C	0,00	1.489.632,17	300.376.257,83C
1.02.01.99.02.03	101.065	Cientes a Receber Histórico	21.709.109,26D	0,00	0,00	21.709.109,26D
1.02.01.99.02.04	101.070	(-) PCLD Clientes a Receber - Histórico	21.709.109,26C	0,00	0,00	21.709.109,26C
1.02.01.99.03	101.080	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	818.198,04D	42.674,76	0,00	860.872,80D
1.02.01.99.03.01	101.085	Provisão IRRF s/ Aplicações	818.198,04D	42.674,76	0,00	860.872,80D
1.02.01.99.04	102.940	GARANTIAS	1.317.218,75D	0,00	0,00	1.317.218,75D
1.02.01.99.04.01	102.941	Copel Comercialização S/A - Contrato 042/2021	1.317.218,75D	0,00	0,00	1.317.218,75D
1.02.03	101.170	IMOBILIZADO	598.165.785,92D	6.516.866,05	8.749.403,67	595.933.248,30D
1.02.03.04	101.505	BENS – ADMINISTRAÇÃO	445.045.513,58D	0,00	337.318,95	444.708.194,63D
1.02.03.04.01	101.510	Terrenos	135.254.300,00D	0,00	0,00	135.254.300,00D
1.02.03.04.02	101.515	Edifícios e Benfeitorias	214.397.937,45D	0,00	337.318,95	214.060.618,50D
1.02.03.04.03	101.520	Instalações	95.393.276,13D	0,00	0,00	95.393.276,13D
1.02.03.05	101.560	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO - BENS ADMINISTRAÇÃO	233.338.795,06C	282.912,67	1.062.299,70	234.118.182,09C
1.02.03.05.01	101.565	(-) DA - Edifícios e Benfeitorias	185.048.650,91C	282.912,67	278.809,22	185.044.547,46C
1.02.03.05.02	101.570	(-) DA – Instalações	48.290.144,15C	0,00	783.490,48	49.073.634,63C
1.02.03.07	101.615	BENS DA UNIÃO – OPERAÇÃO	252.990.068,41D	0,00	0,00	252.990.068,41D
1.02.03.07.03	101.670	INFRAESTRUTURA TERRESTRE	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.02.03.07.03.99	101.695	Outros - Infraestrutura Terrestre	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.02.03.07.05	101.730	EQUIPAMENTOS	252.948.031,09D	0,00	0,00	252.948.031,09D
1.02.03.07.05.01	101.735	Guindaste	63.694.167,21D	0,00	0,00	63.694.167,21D
1.02.03.07.05.99	101.770	Outros – Equipamentos	189.253.863,88D	0,00	0,00	189.253.863,88D
1.02.03.08	101.780	DEPRECIÇÃO - BENS DA UNIÃO - OPERAÇÃO	109.550.646,54C	0,00	1.221.340,96	110.771.987,50C
1.02.03.08.03	101.840	(-) DA - INFRAESTRUTURA TERRESTRE	25.383,99C	0,00	244,89	25.628,88C
1.02.03.08.03.99	101.865	(-) DA - Outros - Infraestrutura Terrestre	25.383,99C	0,00	244,89	25.628,88C
1.02.03.08.05	101.900	(-) DA – EQUIPAMENTOS	109.525.262,55C	0,00	1.221.096,07	110.746.358,62C
1.02.03.08.05.99	101.940	(-) DA - Outros - Equipamentos	109.525.262,55C	0,00	1.221.096,07	110.746.358,62C
1.02.03.10	101.950	BENS DA UNIÃO – ADMINISTRAÇÃO	566.726.630,00D	6.103.727,02	0,00	572.830.357,02D

## Balancete Mensal

Página: 3

Período: 12/2022

Livro: 1

## 0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.02.03.10.02	101.960	Edifícios e Benfeitorias	519.196.458,44D	5.221.238,78	0,00	524.417.697,22D
1.02.03.10.05	101.975	Equipamentos de Processamento Eletrônico de dados	11.991.391,07D	874.573,24	0,00	12.865.964,31D
1.02.03.10.07	101.985	Móveis e Utensílios	34.032.279,52D	7.915,00	0,00	34.040.194,52D
1.02.03.10.08	101.990	Veículos	1.506.500,97D	0,00	0,00	1.506.500,97D
1.02.03.11	102.005	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO - BENS DA UNIÃO – ADMINIS	383.601.528,99C	0,00	907.205,28	384.508.734,27C
1.02.03.11.01	102.010	(-) DA - Edifícios e Benfeitorias	341.038.157,77C	0,00	756.806,66	341.794.964,43C
1.02.03.11.04	102.025	(-) DA - Equipamentos de Processamento Eletrônico de dados	8.967.249,34C	0,00	125.686,32	9.092.935,66C
1.02.03.11.06	102.035	(-) DA - Móveis e Utensílios	32.089.621,14C	0,00	24.712,30	32.114.333,44C
1.02.03.11.07	102.040	(-) DA – Veículos	1.506.500,74C	0,00	0,00	1.506.500,74C
1.02.03.19	102.500	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	59.894.544,52D	130.226,36	5.221.238,78	54.803.532,10D
1.02.03.19.01	102.950	OBRAS EM ANDAMENTO	59.894.544,52D	130.226,36	5.221.238,78	54.803.532,10D
1.02.03.19.01.02	102.506	Derrocamento Submarino	27.122.391,28D	60.428,33	0,00	27.182.819,61D
1.02.03.19.01.05	102.509	Edificações de Apoio Faixa Portuária	1.802.494,16D	69.798,03	1.872.292,19	0,00
1.02.03.19.01.06	102.511	Dragagem de Aprofundamento	27.526.712,49D	0,00	0,00	27.526.712,49D
1.02.03.19.01.10	102.516	Adequação Instalações Para Atendimento ISPS-Code	3.348.946,59D	0,00	3.348.946,59	0,00
1.02.03.19.01.11	102.517	Sistema de Translação do Shiploader SL-06	94.000,00D	0,00	0,00	94.000,00D
1.02.04	102.855	INTANGÍVEL	2.739.726,25D	0,00	11.884,22	2.727.842,03D
1.02.04.01	102.860	INTANGÍVEL	6.994.223,32D	0,00	0,00	6.994.223,32D
1.02.04.01.03	102.875	Sistemas Aplicativos e Software	6.994.223,32D	0,00	0,00	6.994.223,32D
1.02.04.02	102.935	INTANGÍVEL IMPLANTAÇÃO	2.501.998,80D	0,00	0,00	2.501.998,80D
1.02.04.02.02	102.886	Gestão de Pessoas MD	82.950,00D	0,00	0,00	82.950,00D
1.02.04.02.04	102.888	PROJETOS EXECUTIVOS	1.907.599,18D	0,00	0,00	1.907.599,18D
1.02.04.02.04.01	102.887	Projeto Edifício Almoxarifado	237.003,40D	0,00	0,00	237.003,40D
1.02.04.02.04.02	102.889	Projeto Executivo Ayrton Senna	1.670.595,78D	0,00	0,00	1.670.595,78D
1.02.04.02.05	102.892	Modelagem de Sistemas VTMISS e PCS	511.449,62D	0,00	0,00	511.449,62D
1.02.04.03	102.890	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - INTANGÍVEL	6.756.495,87C	0,00	11.884,22	6.768.380,09C
1.02.04.03.01	102.895	(-) Amortização Acumulada - Intangível	6.756.495,87C	0,00	11.884,22	6.768.380,09C
2	200.000	PASSIVO	1.376.838.878,38C	764.376.679,98	499.694.042,70	1.112.156.241,10C
2.01	200.005	PASSIVO CIRCULANTE	53.172.439,30C	49.619.057,07	50.777.774,40	54.331.156,63C
2.01.01	200.010	FORNECEDORES	13.988.337,69C	20.654.350,25	26.276.763,20	19.610.750,64C
2.01.01.01	200.015	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS	13.988.337,69C	20.654.350,25	26.276.763,20	19.610.750,64C
2.01.01.01.01	200.020	Fornecedores	13.988.337,69C	20.654.350,25	26.276.763,20	19.610.750,64C
2.01.02	200.035	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.533.115,16C	5.652.237,07	7.680.596,66	10.561.474,75C
2.01.02.01	200.040	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – EM MOEDA NACIONAL	8.533.115,16C	5.652.237,07	7.680.596,66	10.561.474,75C
2.01.02.01.99	200.075	OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM MOEDA NACIONAL	8.533.115,16C	5.652.237,07	7.680.596,66	10.561.474,75C
2.01.02.01.99.01	200.080	CREDITOS DE CLIENTES/FORNECEDORES	8.533.115,16C	5.652.237,07	7.680.596,66	10.561.474,75C
2.01.02.01.99.01.01	200.085	Credores por Depósitos Caucionados	4.652.858,80C	5.652.237,07	7.665.016,50	6.665.638,23C
2.01.02.01.99.01.02	200.090	Depósitos Diversos	2.500.486,12C	0,00	3.315,02	2.503.801,14C
2.01.02.01.99.01.03	200.095	Caução - Garantia de Contratos	1.379.770,24C	0,00	12.265,14	1.392.035,38C
2.01.03	200.160	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	21.460.550,78C	13.245.426,59	6.669.673,81	14.884.798,00C
2.01.03.01	200.165	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	21.460.550,78C	13.245.426,59	6.669.673,81	14.884.798,00C
2.01.03.01.01	200.170	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR	3.184.943,01C	5.005.750,56	4.726.232,55	2.905.425,00C
2.01.03.01.01.01	200.175	Salários	3.184.943,01C	5.005.750,56	4.726.232,55	2.905.425,00C
2.01.03.01.07	200.245	Provisão para Férias	11.637.084,96C	964.133,66	915.541,42	11.588.492,72C
2.01.03.01.08	200.250	Provisão para 13º Salário	6.273.226,91C	6.870.706,58	597.479,67	0,00
2.01.03.01.99	200.260	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	365.295,90C	404.835,79	430.420,17	390.880,28C
2.01.03.01.99.02	200.270	Consignações Folha	249.470,47C	249.470,47	244.196,18	244.196,18C
2.01.03.01.99.03	200.275	Pensões a Pagar	115.825,43C	155.365,32	186.223,99	146.684,10C
2.01.04	200.280	OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.190.435,67C	10.067.043,16	10.150.740,73	9.274.133,24C
2.01.04.01	200.285	ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS A RECOLHER	2.190.142,87C	3.706.411,85	3.884.172,58	2.367.903,60C
2.01.04.01.01	200.290	INSS A PAGAR	1.697.984,44C	3.214.253,42	3.163.239,67	1.646.970,69C

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 4

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.01.04.01.01.01	200.295	INSS a Pagar	1.697.984,44C	3.214.253,42	3.163.239,67	1.646.970,69C
2.01.04.01.02	200.305	FGTS A PAGAR	492.158,43C	492.158,43	720.932,91	720.932,91C
2.01.04.01.02.01	200.310	FGTS	492.158,43C	492.158,43	720.932,91	720.932,91C
2.01.04.02	200.355	OBRIGAÇÕES FISCAIS	7.000.292,80C	6.360.631,31	6.266.568,15	6.906.229,64C
2.01.04.02.02	200.365	TRIBUTOS FEDERAIS A RECOLHER	4.874.104,59C	4.452.190,27	5.140.930,85	5.562.845,17C
2.01.04.02.02.01	200.370	IRRF Folha	1.666.265,87C	1.067.648,87	1.889.161,57	2.487.778,57C
2.01.04.02.02.03	200.380	COFINS Faturamento	2.640.996,60C	2.786.179,34	2.677.694,93	2.532.512,19C
2.01.04.02.02.04	200.385	PIS Faturamento	566.842,12C	598.362,06	574.074,35	542.554,41C
2.01.04.02.03	200.400	TRIBUTOS FEDERAIS - TERCEIROS	350.299,98C	496.609,08	572.877,11	426.568,01C
2.01.04.02.03.01	200.405	INSS Retido sobre Serviços	337.731,15C	338.978,40	467.971,20	466.723,95C
2.01.04.02.03.02	200.410	IRRF sobre Serviços	12.568,83C	157.630,68	104.905,91	40.155,94D
2.01.04.02.05	200.435	OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	1.367.657,31C	1.003.849,25	382.586,34	746.394,40C
2.01.04.02.08	200.455	TRIBUTOS MUNICIPAIS	408.230,92C	407.982,71	170.173,85	170.422,06C
2.01.04.02.08.02	200.465	ISSQN Retido sobre Serviços	408.230,92C	407.982,71	170.173,85	170.422,06C
2.02	200.865	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	796.902.886,04C	714.757.622,91	448.913.546,46	531.058.809,59C
2.02.04	201.060	OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	351.197.178,30C	0,00	3.207.838,72	354.405.017,02C
2.02.04.02	201.110	OBRIGAÇÕES FISCAIS	351.197.178,30C	0,00	3.207.838,72	354.405.017,02C
2.02.04.02.09	201.111	IRPJ a Pagar	93.445.609,24C	0,00	0,00	93.445.609,24C
2.02.04.02.10	201.112	CSLL a Pagar	33.519.746,54C	0,00	0,00	33.519.746,54C
2.02.04.02.11	201.113	PIS a Pagar	39.669.189,89C	0,00	566.842,12	40.236.032,01C
2.02.04.02.12	201.114	COFINS a Pagar	184.562.632,63C	0,00	2.640.996,60	187.203.629,23C
2.02.08	201.260	OUTROS PASSIVOS	445.705.707,74C	714.757.622,91	445.705.707,74	176.653.792,57C
2.02.08.06	201.365	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00	176.653.792,57	176.653.792,57C
2.02.08.06.01	201.370	PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS JUDICIAIS	0,00	0,00	176.653.792,57	176.653.792,57C
2.02.08.06.01.01	201.371	Contingências Trabalhistas	0,00	0,00	119.067.717,67	119.067.717,67C
2.02.08.06.01.02	201.372	Contingências Cíveis	0,00	0,00	28.148.496,97	28.148.496,97C
2.02.08.06.01.03	201.373	Precatórios	0,00	0,00	29.437.577,93	29.437.577,93C
2.02.08.07	201.375	PROVISÕES PARA MULTAS DO PODER CONCEDENTE	269.051.915,17C	269.051.915,17	0,00	0,00
2.02.08.07.01	201.380	Provisões para Multas do Poder Concedente	269.051.915,17C	269.051.915,17	0,00	0,00
2.02.08.09	201.390	OUTRAS PROVISÕES	176.653.792,57C	445.705.707,74	269.051.915,17	0,00
2.02.08.09.01	201.395	Outras Provisões	176.653.792,57C	176.653.792,57	0,00	0,00
2.02.08.09.02	201.374	Contingências Administrativas	0,00	269.051.915,17	269.051.915,17	0,00
2.03	201.525	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	526.763.553,04C	0,00	2.721,84	526.766.274,88C
2.03.01	201.530	CAPITAL SOCIAL	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01	201.535	CAPITAL SOCIAL	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01.01	201.540	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01.01	201.565	Outros	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.06	201.715	PREJUÍZOS ACUMULADOS	559.680.308,34D	0,00	2.721,84	559.677.586,50D
2.03.06.01	201.720	PREJUÍZOS ACUMULADOS	559.680.308,34D	0,00	2.721,84	559.677.586,50D
2.03.06.01.01	201.725	Prejuizos Acumulados	559.680.308,34D	0,00	2.721,84	559.677.586,50D
3	300.000	RECEITAS	405.184.579,74C	3.097.054,32	31.920.980,86	434.008.506,28C
3.01	300.005	RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	405.184.579,74C	3.097.054,32	31.920.980,86	434.008.506,28C
3.01.01	300.010	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO	174.506.150,36C	0,00	10.471.497,53	184.977.647,89C
3.01.01.01	300.015	LONGO CURSO	164.708.006,17C	0,00	9.661.011,94	174.369.018,11C
3.01.01.01.01	300.020	Carga Geral – Solta	5.684.064,27C	0,00	464.351,58	6.148.415,85C
3.01.01.01.02	300.025	Carga Geral - Containerizada	23.805.844,60C	0,00	1.561.331,98	25.367.176,58C
3.01.01.01.03	300.030	Granel Sólido	111.680.863,19C	0,00	5.948.781,91	117.629.645,10C
3.01.01.01.04	300.035	Granel Líquido	7.430.448,18C	0,00	524.563,81	7.955.011,99C
3.01.01.01.05	300.040	Embarcação sem Carga	1.326.516,23C	0,00	47.346,12	1.373.862,35C
3.01.01.01.06	300.045	Turismo e Passageiros	40.406,40C	0,00	0,00	40.406,40C
3.01.01.01.07	300.050	De Petróleo, de seus Derivados ou outros Combustíveis	13.680.635,42C	0,00	1.025.731,96	14.706.367,38C

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 5

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.01.01.01.08	300.055	De Embarcações do Tipo Roll-on-Roll-off	540.287,88C	0,00	45.659,58	585.947,46C
3.01.01.01.99	300.060	Outros	518.940,00C	0,00	43.245,00	562.185,00C
3.01.01.02	300.065	CABOTAGEM	9.761.328,88C	0,00	797.807,24	10.559.136,12C
3.01.01.02.03	300.080	Granel Sólido	77.959,90C	0,00	0,00	77.959,90C
3.01.01.02.04	300.085	Granel Líquido	220.033,54C	0,00	0,00	220.033,54C
3.01.01.02.07	300.100	De Petróleo, de seus Derivados ou outros Combustíveis	9.431.617,86C	0,00	797.807,24	10.229.425,10C
3.01.01.02.99	300.110	Outros	31.717,58C	0,00	0,00	31.717,58C
3.01.01.04	300.165	Outros	36.815,31C	0,00	12.678,35	49.493,66C
3.01.02	300.175	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	9.937.373,40C	0,00	573.623,44	10.510.996,84C
3.01.02.01	300.180	LONGO CURSO	9.424.890,83C	0,00	536.340,56	9.961.231,39C
3.01.02.01.06	300.805	Longo Curso	9.424.890,83C	0,00	536.340,56	9.961.231,39C
3.01.02.02	300.185	CABOTAGEM	506.197,08C	0,00	37.282,88	543.479,96C
3.01.02.02.06	300.840	Cabotagem	506.197,08C	0,00	37.282,88	543.479,96C
3.01.02.04	300.195	Outros	6.285,49C	0,00	0,00	6.285,49C
3.01.03	300.205	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE	71.267.876,80C	0,00	4.062.850,48	75.330.727,28C
3.01.03.01	300.210	LONGO CURSO, CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO INTERIOR	71.267.876,80C	0,00	4.062.850,48	75.330.727,28C
3.01.03.01.01	300.215	Carga Geral – Solta	6.808.836,60C	0,00	560.400,81	7.369.237,41C
3.01.03.01.02	300.220	Carga Geral - Containerizada	7.776,96C	0,00	55,91	7.832,87C
3.01.03.01.03	300.225	Granel Sólido	52.187.845,92C	0,00	2.723.018,56	54.910.864,48C
3.01.03.01.04	300.230	Granel Líquido	6.785.580,04C	0,00	341.858,89	7.127.438,93C
3.01.03.01.08	300.245	Veículo Movimentado pelo Sistema Roll-on-Roll-off	1.258.920,51C	0,00	110.487,11	1.369.407,62C
3.01.03.01.99	300.265	Outros	4.218.916,77C	0,00	327.029,20	4.545.945,97C
3.01.05	300.325	RECEITAS DE ARMAZENAGEM	4.119.047,60C	0,00	284.447,00	4.403.494,60C
3.01.05.06	300.330	TIPOS DE CARGA	4.119.047,60C	0,00	284.447,00	4.403.494,60C
3.01.05.06.01	300.335	Mercadorias Diversas de Importação do Estrangeiro	2.193.536,43C	0,00	159.511,34	2.353.047,77C
3.01.05.06.02	300.340	Mercadorias Diversas, Nacionais ou Nacionalizadas	585.492,32C	0,00	107.002,25	692.494,57C
3.01.05.06.04	300.350	Contêiner Vazio	0,00	0,00	193,08	193,08C
3.01.05.06.05	300.355	Mercadorias a Granel, Sólido	1.128.230,55C	0,00	9.522,55	1.137.753,10C
3.01.05.06.06	300.360	Mercadorias a Granel, Líquido	9.434,93C	0,00	0,00	9.434,93C
3.01.05.06.07	300.365	Veículos Montados	144.646,32C	0,00	0,00	144.646,32C
3.01.05.06.99	300.370	Outros	57.707,05C	0,00	8.217,78	65.924,83C
3.01.06	300.380	RECEITAS POR UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	30.952.561,51C	0,00	2.228.394,17	33.180.955,68C
3.01.06.07	300.415	Outros	30.952.561,51C	0,00	2.228.394,17	33.180.955,68C
3.01.07	300.450	RECEITAS POR DIVERSOS PADRONIZADOS	3.651.598,13C	0,00	297.357,90	3.948.956,03C
3.01.07.01	300.455	Fornecimento de Água Potável	5.598,86C	0,00	433,86	6.032,72C
3.01.07.02	300.460	Fornecimento de Energia Elétrica	681,45C	0,00	59,00	740,45C
3.01.07.03	300.465	Ressarcimento de Energia Elétrica e de Água Potável	802.678,83C	0,00	53.712,66	856.391,49C
3.01.07.04	300.470	Pesagem	2.053.865,78C	0,00	171.774,16	2.225.639,94C
3.01.07.09	300.490	Certidões, Certificados, Autorizações e Cadastramentos	133.268,22C	0,00	4.506,45	137.774,67C
3.01.07.12	300.500	Outros	389.769,48C	0,00	17.692,58	407.462,06C
3.01.07.13	300.505	Utilização de Áreas	172.145,56C	0,00	43.036,39	215.181,95C
3.01.07.15	300.515	Controle, Conferência, Termo de Vistoria ou Verificação de Peso	93.589,95C	0,00	6.142,80	99.732,75C
3.01.08	300.525	RECEITAS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	157.103.839,25C	0,00	13.877.665,67	170.981.504,92C
3.01.08.01	300.530	CARGA GERAL SOLTA	17.651.277,58C	0,00	1.694.575,79	19.345.853,37C
3.01.08.01.01	300.535	Parcela Fixa	16.223.822,89C	0,00	1.459.024,51	17.682.847,40C
3.01.08.01.02	300.540	Parcela Variável	1.427.454,69C	0,00	235.551,28	1.663.005,97C
3.01.08.02	300.565	CARGA GERAL CONTEINERIZADA	64.987.802,51C	0,00	6.204.738,60	71.192.541,11C
3.01.08.02.01	300.570	Parcela Fixa	16.006.561,99C	0,00	1.540.230,59	17.546.792,58C
3.01.08.02.02	300.575	Parcela Variável	48.981.240,52C	0,00	4.664.508,01	53.645.748,53C
3.01.08.03	300.600	GRANEL SÓLIDO	49.021.049,44C	0,00	4.358.905,09	53.379.954,53C
3.01.08.03.01	300.605	Parcela Fixa	24.375.163,80C	0,00	2.327.131,30	26.702.295,10C

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 6

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.01.08.03.02	300.610	Parcela Variável	24.541.916,51C	0,00	2.031.773,79	26.573.690,30C
3.01.08.03.04	300.620	Movimentação Mínima Contratual	103.969,13C	0,00	0,00	103.969,13C
3.01.08.04	300.635	GRANEL LÍQUIDO	14.656.954,79C	0,00	1.439.638,54	16.096.593,33C
3.01.08.04.01	300.640	Parcela Fixa	7.023.373,93C	0,00	604.971,85	7.628.345,78C
3.01.08.04.02	300.645	Parcela Variável	7.633.580,86C	0,00	834.666,69	8.468.247,55C
3.01.08.05	300.670	Outros	10.786.754,93C	0,00	179.807,65	10.966.562,58C
3.01.10	300.705	RECEITAS ALTERNATIVAS	1.097.448,94C	0,00	125.144,67	1.222.593,61C
3.01.10.02	300.710	Outras Receitas Operacionais	1.027.411,18C	0,00	114.369,63	1.141.780,81C
3.01.10.03	300.715	RECEITAS COMPLEMENTARES	70.037,76C	0,00	10.775,04	80.812,80C
3.01.10.03.01	300.720	Fornecimentos Tarifados	70.037,76C	0,00	10.775,04	80.812,80C
3.01.11	300.755	DEDUÇÕES DA RECEITA	47.451.316,25D	3.097.054,32	0,00	50.548.370,57D
3.01.11.02	300.765	Impostos, Taxas e Contribuições sobre Vendas e Serviços	41.345.510,38D	3.097.054,32	0,00	44.442.564,70D
3.01.11.03	300.770	Cancelamento e Devoluções	6.105.805,87D	0,00	0,00	6.105.805,87D
4	400.000	CUSTOS DA ATIVIDADE	201.943.695,01D	18.032.588,22	1.246.282,95	218.730.000,28D
4.01	400.005	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA MARÍTIMA	71.230.803,45D	603.740,28	19.261,21	71.815.282,52D
4.01.01	400.010	CUSTO COM PESSOAL	2.968,00D	0,00	0,00	2.968,00D
4.01.01.01	400.015	Salários	2.968,00D	0,00	0,00	2.968,00D
4.01.02	400.170	SERVIÇOS	68.651.340,88D	397.974,12	19.261,21	69.030.053,79D
4.01.02.01	402.795	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	68.651.340,88D	397.974,12	19.261,21	69.030.053,79D
4.01.02.01.02	400.176	Dragagem de Manutenção	65.676.695,05D	80.838,45	7.477,55	65.750.055,95D
4.01.02.01.03	400.177	Levantamento Hidrográfico	1.699.741,94D	189.744,77	0,00	1.889.486,71D
4.01.02.01.04	400.178	Manutenção dos Sinais Náuticos	1.274.903,89D	127.390,90	11.783,66	1.390.511,13D
4.01.03	400.200	MATERIAIS	530.574,35D	0,00	0,00	530.574,35D
4.01.03.08	400.240	Materiais Diversos	530.574,35D	0,00	0,00	530.574,35D
4.01.04	400.245	OUTROS	2.045.920,22D	205.766,16	0,00	2.251.686,38D
4.01.04.01	400.246	Seguro Portuário	2.045.920,22D	205.766,16	0,00	2.251.686,38D
4.02	400.255	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	6.827.885,56D	384.769,75	6.231,34	7.206.423,97D
4.02.02	400.420	SERVIÇOS	6.827.885,56D	384.769,75	6.231,34	7.206.423,97D
4.02.02.01	400.421	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	6.827.885,56D	384.769,75	6.231,34	7.206.423,97D
4.02.02.01.01	400.425	Serviço de Manutenção do Cais	6.827.885,56D	384.769,75	6.231,34	7.206.423,97D
4.03	400.505	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA OPERACIONAL E TERRESTRE	8.039.144,14D	169.814,09	0,00	8.208.958,23D
4.03.02	400.670	SERVIÇOS	8.039.144,14D	169.814,09	0,00	8.208.958,23D
4.03.02.01	400.674	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	8.039.144,14D	169.814,09	0,00	8.208.958,23D
4.03.02.01.01	400.675	Serviços de Reparos e Manut. Faixa Primária	8.039.144,14D	169.814,09	0,00	8.208.958,23D
4.06	401.255	CUSTOS ALOCADOS À DIVERSOS PADRONIZADOS	3.307.953,94D	328.676,07	30.402,55	3.606.227,46D
4.06.02	401.420	SERVIÇOS	3.307.953,94D	328.676,07	30.402,55	3.606.227,46D
4.06.02.01	401.424	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	3.307.953,94D	328.676,07	30.402,55	3.606.227,46D
4.06.02.01.02	401.426	Locação de Scanners de Carga	2.198.737,00D	218.084,67	20.172,84	2.396.648,83D
4.06.02.01.03	401.427	Serviço de Inspeção de Cargas	1.109.216,94D	110.591,40	10.229,71	1.209.578,63D
4.10	402.255	CUSTOS INDIRETOS	112.537.907,92D	16.545.588,03	1.190.387,85	127.893.108,10D
4.10.01	402.260	CUSTO COM PESSOAL	61.957.359,01D	7.342.374,39	1.095.552,55	68.204.180,85D
4.10.01.01	402.265	Salários	24.231.266,57D	2.292.958,56	13.432,74	26.510.792,39D
4.10.01.03	402.275	Horas Extras	670,86D	0,00	0,00	670,86D
4.10.01.04	402.280	Anuênios	3.694.511,11D	341.573,51	0,00	4.036.084,62D
4.10.01.05	402.285	Férias	4.589.080,30D	405.275,79	5.349,32	4.989.006,77D
4.10.01.07	402.295	13º Salário	2.960.032,06D	269.639,46	10.734,56	3.218.936,96D
4.10.01.08	402.300	Remuneração Variável	3.624.153,35D	318.527,37	0,00	3.942.680,72D
4.10.01.13	402.325	INSS	7.215.745,70D	1.519.345,96	789.994,55	7.945.097,11D
4.10.01.14	402.330	FGTS	2.895.906,84D	477.647,35	200.500,29	3.173.053,90D
4.10.01.18	402.350	Treinamento	644.397,01D	65.472,30	0,00	709.869,31D
4.10.01.19	402.355	Vale Refeição	4.611.598,46D	872.773,92	0,00	5.484.372,38D

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 7

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4.10.01.21	402.365	Vale Transporte	756.359,76D	112.066,61	45.076,92	823.349,45D
4.10.01.22	402.370	Despesas Médicas	111.307,42D	0,00	0,00	111.307,42D
4.10.01.23	402.375	Plano Saúde	6.121.703,98D	615.081,95	28.412,44	6.708.373,49D
4.10.01.24	402.380	Plano Odontológico	14.515,51D	4.679,71	2.051,73	17.143,49D
4.10.01.26	402.390	Seguro de Vida	396.036,25D	38.093,79	0,00	434.130,04D
4.10.01.27	402.395	Assistência Materno-Infantil	90.073,83D	9.238,11	0,00	99.311,94D
4.10.02	402.420	SERVIÇOS	33.883.370,51D	7.368.350,70	16.033,06	41.235.688,15D
4.10.02.01	402.424	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - NACIONAL	16.361.326,82D	1.802.825,05	14.916,29	18.149.235,58D
4.10.02.01.01	402.425	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Nacional	1.377.638,11D	131.350,43	0,00	1.508.988,54D
4.10.02.01.03	402.497	Seguro de Veiculos	18.532,26D	1.534,54	0,00	20.066,80D
4.10.02.01.05	402.427	Gestão Ambiental	14.965.156,45D	1.669.940,08	14.916,29	16.620.180,24D
4.10.02.05	402.446	OUTRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	17.522.043,69D	5.565.525,65	1.116,77	23.086.452,57D
4.10.02.05.01	402.445	Serv. de Manutenção de Máquinas e Equipamentos	14.881.096,91D	4.851.736,37	1.116,77	19.731.716,51D
4.10.02.05.02	402.447	Serv. Manutenção de Bens Imóveis	2.640.946,78D	713.789,28	0,00	3.354.736,06D
4.10.03	402.450	MATERIAIS	5.196.256,47D	967.127,49	0,00	6.163.383,96D
4.10.03.05	402.475	Material para Manutenção e Conservação	5.196.256,47D	967.127,49	0,00	6.163.383,96D
4.10.04	402.495	OUTROS	11.500.921,93D	867.735,45	78.802,24	12.289.855,14D
4.10.04.01	402.496	Combustíveis	258.065,88D	14.726,83	0,00	272.792,71D
4.10.04.03	402.491	OUTROS CUSTOS	11.242.856,05D	853.008,62	78.802,24	12.017.062,43D
4.10.04.03.01	402.492	Energia Elétrica	11.242.856,05D	853.008,62	78.802,24	12.017.062,43D
6	600.000	DESPESAS	176.371.507,54D	16.500.586,34	771.574,42	192.100.519,46D
6.01	600.005	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	143.032.282,34D	13.297.856,18	730.685,85	155.599.452,67D
6.01.01	600.010	DESPESAS COM PESSOAL	47.772.874,46D	5.363.675,20	701.574,46	52.434.975,20D
6.01.01.01	600.015	Salários	21.818.755,76D	2.082.574,79	180,99	23.901.149,56D
6.01.01.03	600.020	Gratificações	2.361,43D	0,00	0,00	2.361,43D
6.01.01.05	600.030	Anuênios	1.129.356,99D	119.722,63	0,00	1.249.079,62D
6.01.01.06	600.035	Férias	3.754.925,05D	346.497,96	34.392,95	4.067.030,06D
6.01.01.08	600.045	13º Salário	2.385.670,45D	191.205,25	15.459,20	2.561.416,50D
6.01.01.09	600.050	Remuneração Variável	51.168,26D	3.291,60	0,00	54.459,86D
6.01.01.14	600.075	INSS	5.899.354,95D	1.118.429,46	510.200,17	6.507.584,24D
6.01.01.15	600.080	FGTS	2.306.843,66D	336.925,73	111.547,91	2.532.221,48D
6.01.01.19	600.100	Treinamento	21.612,50D	0,00	0,00	21.612,50D
6.01.01.20	600.105	Vale Refeição	2.692.047,15D	479.268,90	0,00	3.171.316,05D
6.01.01.22	600.115	Vale Transporte	290.512,98D	45.031,26	21.286,00	314.258,24D
6.01.01.24	600.125	Plano de Saúde	3.512.896,40D	316.459,58	7.624,34	3.821.731,64D
6.01.01.25	600.130	Plano Odontológico	9.623,30D	2.569,79	882,90	11.310,19D
6.01.01.27	600.140	Seguro de Vida	229.597,13D	20.918,55	0,00	250.515,68D
6.01.01.28	600.145	Assistência Materno-Infantil	138.393,93D	14.459,70	0,00	152.853,63D
6.01.01.29	600.150	Equipamentos de Proteção Individual	39.135,97D	2.714,16	0,00	41.850,13D
6.01.01.30	600.155	Estagiários	321.866,00D	33.277,98	0,00	355.143,98D
6.01.01.32	600.165	Outras Despesas	10.000,00D	0,00	0,00	10.000,00D
6.01.01.33	600.420	Remuneração Conselhos e Direx	3.006.967,97D	238.951,61	0,00	3.245.919,58D
6.01.01.35	600.430	Seguro Responsabilidade Civil Governança	151.784,58D	11.376,25	0,00	163.160,83D
6.01.02	600.170	SERVIÇOS DE TERCEIROS	33.080.067,11D	3.622.678,46	0,00	36.702.745,57D
6.01.02.03	600.180	Segurança e Vigilância	3.638.810,61D	576.762,82	0,00	4.215.573,43D
6.01.02.05	600.190	Consultoria	4.130.791,04D	161.303,58	0,00	4.292.094,62D
6.01.02.06	600.195	Auditoria	321.624,47D	20.829,22	0,00	342.453,69D
6.01.02.07	600.200	Limpeza e Conservação	7.740.773,33D	883.767,43	0,00	8.624.540,76D
6.01.02.09	600.211	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	17.248.067,66D	1.980.015,41	0,00	19.228.083,07D
6.01.02.09.01	600.210	Serviços de Manutenção de Equipamentos de TI	351.711,06D	31.598,35	0,00	383.309,41D
6.01.02.09.02	600.212	Serviços de Manutenção de Sistemas de TI	6.267.512,66D	793.042,22	0,00	7.060.554,88D

# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 8

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
6.01.02.09.03	600.213	Estrutura e Suporte de TI - CELEPAR	10.628.843,94D	1.155.374,84	0,00	11.784.218,78D
6.01.03	600.215	MATERIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	6.512.483,55D	773.784,63	0,00	7.286.268,18D
6.01.03.01	600.220	Material de Escritório	38.963,78D	317,75	0,00	39.281,53D
6.01.03.03	600.225	Material de Informática	5.803.628,26D	762.422,35	0,00	6.566.050,61D
6.01.03.04	600.230	Suprimentos para Copa e Cozinha	169.510,27D	10.492,84	0,00	180.003,11D
6.01.03.05	600.235	Outros Materiais	500.381,24D	551,69	0,00	500.932,93D
6.01.04	600.240	DESPESAS GERAIS	22.183.608,49D	1.904.915,84	0,00	24.088.524,33D
6.01.04.01	600.245	Obra Civil	8.936.984,03D	162.291,77	0,00	9.099.275,80D
6.01.04.04	600.260	Água e Esgoto	3.823.249,17D	294.619,53	0,00	4.117.868,70D
6.01.04.05	600.265	Telefonia	668.672,42D	57.851,05	0,00	726.523,47D
6.01.04.08	600.280	Propaganda	2.584.409,21D	484.604,69	0,00	3.069.013,90D
6.01.04.09	600.285	Assinaturas	22.034,60D	1.138,00	0,00	23.172,60D
6.01.04.10	600.290	Despesas de Viagens e Estádias	1.135.518,70D	47.906,92	0,00	1.183.425,62D
6.01.04.12	600.300	Despesas e Multas Indedutíveis	133.103,55D	0,00	0,00	133.103,55D
6.01.04.13	600.305	Responsabilidade Social	117.175,13D	5.600,00	0,00	122.775,13D
6.01.04.14	600.310	Locação de Bens Móveis	313.578,14D	42.138,87	0,00	355.717,01D
6.01.04.15	600.435	Rastreamento de Veículos	6.032,08D	0,00	0,00	6.032,08D
6.01.04.16	600.311	Publicidade Legal	91.461,26D	15.325,06	0,00	106.786,32D
6.01.04.99	600.440	OUTRAS	4.351.390,20D	793.439,95	0,00	5.144.830,15D
6.01.04.99.01	600.315	Manutenção de Veículos	60.450,70D	2.136,44	0,00	62.587,14D
6.01.04.99.02	600.316	Locação de Veículos	959.131,61D	194.501,43	0,00	1.153.633,04D
6.01.04.99.03	600.317	Eventos (promoção e participação)	598.389,14D	107.000,00	0,00	705.389,14D
6.01.04.99.05	600.319	Projetos Básicos	151.392,45D	488.589,91	0,00	639.982,36D
6.01.04.99.06	600.321	Despesas Postais e Encomendas	15.400,06D	1.212,17	0,00	16.612,23D
6.01.04.99.08	600.323	Demolição de Edificações	2.566.626,24D	0,00	0,00	2.566.626,24D
6.01.06	600.320	DESPESAS PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	27.739.260,09D	1.489.632,17	0,00	29.228.892,26D
6.01.06.01	600.325	Despesas para Crédito de Liquidação Duvidosa	27.739.260,09D	1.489.632,17	0,00	29.228.892,26D
6.01.07	600.335	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	5.743.988,64D	143.169,88	29.111,39	5.858.047,13D
6.01.07.01	600.340	Provisões	2.272.511,19D	26.443,76	0,00	2.298.954,95D
6.01.07.02	600.345	Ajustes de Estoques	430.796,91D	46.571,36	29.111,39	448.256,88D
6.01.07.07	600.370	Despesas Tributárias	2.415.495,42D	40.180,45	0,00	2.455.675,87D
6.01.07.10	600.386	PLANO EMERGENCIAL COVID-19	12.074,40D	0,00	0,00	12.074,40D
6.01.07.10.01	600.387	Materiais Plano Emergencial COVID-19	2.700,00D	0,00	0,00	2.700,00D
6.01.07.10.02	600.388	Serviços Plano Emergencial COVID-19	9.374,40D	0,00	0,00	9.374,40D
6.01.07.11	600.450	AÇÕES JUDICIAIS	613.110,72D	29.974,31	0,00	643.085,03D
6.01.07.11.01	600.455	Custas Judiciais	232.373,63D	812,89	0,00	233.186,52D
6.01.07.11.03	600.465	Ações Cíveis	111.725,70D	0,00	0,00	111.725,70D
6.01.07.11.05	600.471	Seguro Garantia	269.011,39D	29.161,42	0,00	298.172,81D
6.03	600.395	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	33.339.225,20D	3.202.730,16	40.888,57	36.501.066,79D
6.03.01	600.400	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	33.339.225,20D	3.202.730,16	40.888,57	36.501.066,79D
6.03.01.01	600.405	Despesas com Depreciação	33.142.110,07D	3.190.845,94	40.888,57	36.292.067,44D
6.03.01.02	600.410	Despesas com Amortização	197.115,13D	11.884,22	0,00	208.999,35D
8	800.000	RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	32.593.319,55C	2.993,93	3.327.203,52	35.917.529,14C
8.01	800.005	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	32.593.319,55C	2.993,93	3.327.203,52	35.917.529,14C
8.01.01	800.010	RECEITAS FINANCEIRAS	32.631.915,17C	0,00	3.327.203,52	35.959.118,69C
8.01.01.01	800.015	Juros Ativos	121.072,55C	0,00	6.800,63	127.873,18C
8.01.01.08	800.046	Rendimento de Aplicação Financeira	32.510.833,76C	0,00	3.320.402,76	35.831.236,52C
8.01.01.99	800.050	Outras Receitas Financeiras	8,86C	0,00	0,13	8,99C
8.01.02	800.055	DESPESAS FINANCEIRAS	38.595,62D	2.993,93	0,00	41.589,55D
8.01.02.01	800.060	Juros Passivos	28,99D	0,00	0,00	28,99D
8.01.02.02	800.065	Descontos Financeiros	2.392,87D	0,00	0,00	2.392,87D



# Balancete Mensal

Período: 12/2022

Página: 9

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
8.01.02.99	800.095	Outras Despesas Financeiras	36.173,76D	2.993,93	0,00	39.167,69D
9	900.000	RESULTADO	16.891.759,60D	501.535,11	271.496.390,08	254.103.095,37C
9.02	900.010	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	839.642,24C	501.535,11	270.895.515,29	271.233.622,42C
9.02.01	900.015	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	839.642,24C	501.535,11	270.895.515,29	271.233.622,42C
9.02.01.01	900.020	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	2.370.640,20C	0,00	270.612.602,62	272.983.242,82C
9.02.01.01.01	900.025	Receitas Não Operacionais	2.370.640,20C	0,00	1.560.687,45	3.931.327,65C
9.02.01.01.02	900.030	Outras Receitas Não Operacionais	0,00	0,00	269.051.915,17	269.051.915,17C
9.02.01.02	900.035	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	1.530.997,96D	501.535,11	282.912,67	1.749.620,40D
9.02.01.02.01	900.040	Despesas Não Operacionais	12.716,00D	337.318,95	282.912,67	67.122,28D
9.02.01.02.02	900.045	Outras Despesas Não Operacionais	1.518.281,96D	164.216,16	0,00	1.682.498,12D
9.03	900.050	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOC	17.731.401,84D	0,00	600.874,79	17.130.527,05D
9.03.01	900.055	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.700.488,72D	0,00	157.466,86	4.543.021,86D
9.03.01.01	900.060	CSLL - Exercício Corrente	4.700.488,72D	0,00	157.466,86	4.543.021,86D
9.03.02	900.070	IMPOSTO DE RENDA	13.030.913,12D	0,00	443.407,93	12.587.505,19D
9.03.02.01	900.075	IRPJ - Exercício Corrente	13.030.913,12D	0,00	443.407,93	12.587.505,19D

17. 017 - Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de )

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Gerencia de Gestão de Pessoas

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92**

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor das Contas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina no **exercício de 2022**, Sr. **Luiz Fernando Garcia da Silva**, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Paranaguá, 25 de abril de 2023.

**MELISSA DE PAULA**

Gerente de Gestão de Pessoas

## 18. 018 - Termo de Distribuição



**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2346/2023**

Processo Nº: 279567/23

Data e hora da distribuição: 26/04/2023 17:53:41

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA

Interessado: LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Exercício: 2022

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Impedimentos: